

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

TIELLY ROSADO MADERS

**TRABALHO E TEMPORALIDADES: SENTIDOS PRODUZIDOS
POR PETROLEIROS/AS *OFFSHORE***

FLORIANÓPOLIS

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Maders, Tielly Rosado

Trabalho e temporalidades : Sentidos produzidos por
petroleiros/as offshore / Tielly Rosado Maders ;
orientadora, Maria Chalfin Coutinho - Florianópolis, SC,
2014.

154 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Psicologia Social e do Trabalho. 3.
Temporalidades Contemporâneas. 4. Trabalhadores/as
Offshore. I. Coutinho, Maria Chalfin. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. III. Título.

TIELLY ROSADO MADERS

**TRABALHO E TEMPORALIDADES: SENTIDOS PRODUZIDOS
POR PETROLEIROS/AS OFFSHORE**

*Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau
de Mestre em Psicologia, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, Curso
de Mestrado, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas.*

*Orientadora: Prof.^a. Dra. Maria
Chalfin Coutinho*

FLORIANÓPOLIS

2014

TIELLY ROSADO MADERS

**TRABALHO E TEMPORALIDADES: SENTIDOS PRODUZIDOS
POR PETROLEIROS/AS *OFFSHORE***

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof.^a Dra. Maria Chalfin Coutinho
(Orientadora)
Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC)

Prof.^a Dra. Dulce Helena Penna
Soares
Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC)

Prof.^a Dra. Jaqueline Tittoni
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul (UFRGS)

Prof.^a Dra. Kátia Maheire (Suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Dedico aos meus pais, Vera Maria Gudolle Rosado Maders e Jorge Maders, com muito amor, carinho e admiração, pelo apoio e compreensão em todas as etapas da minha vida, por sempre acreditarem em mim e por terem me dado asas para voar.

Ao meu irmão, Terry Rosado Maders, por ser uma das raras pessoas com a qual posso trocar ideias de ordem social de maneira crítica e, também, pela fé e por todo apoio e ajuda desde o início da minha caminhada na pesquisa.

Agradecimentos

À Deus pela vida, família, amigos/as, saúde e força para ir atrás dos meus sonhos.

À minha orientadora, professora Maria Chalfin Coutinho, por tornar possível a realização do meu mestrado, por me apoiar, ensinar e incentivar, com muita paciência, mesmo quando encontrei dificuldades em campo e em momentos da construção da dissertação.

Aos trabalhadores e trabalhadoras sujeitos da minha pesquisa, sem os/as quais jamais teria sido possível a construção desta dissertação, pela atenção e participação, pelo tempo que compartilharam comigo e por terem acreditado em minha pesquisa.

Ao amor da minha vida, meu namorado, amigo e colega de profissão, Felipe Augusto Leques Tonial, pela paciência e compreensão nos momentos mais difíceis do mestrado, por me fazer acreditar que o amor existe e que, com ele, podemos nos tornar pessoas melhores.

Às eternas amigas que encontrei em Florianópolis, as quais compartilhei meus melhores momentos, por serem fundamentais em todo este processo e em minha vida, Janaína Dal Moro, Deise Bressan, Gabriela Silverio, Andressa Campos e Estela Monego.

À toda minha família, minha base, que continuou me apoiando, acreditando em mim e que compreendeu a minha ausência durante todo este tempo.

À Geruza D'Avila e Laila Graf, pela ajuda fundamental que possibilitou minhas idas e vindas ao Rio de Janeiro. À Debora Rosa (também pelo empréstimo do gravador) e Regina Célia Borges, e pela atenção e carinho com que sempre me receberam e por terem se tornado minhas amigas. Obrigada gurias!

À toda minha turma de mestrado, principalmente aqueles/as que se tornaram amigos: Felipe Augusto Leques Tonial, Camila Gastelumendi, Tainá Wandelli, Josiele Lahorgue, Raquel Alves e Felipe Tchittoni.

Ao Núcleo de estudos NETCOS, o qual me inseriu no mundo da pesquisa e me mostrou a importância e necessidade de estarmos em constante espaço de trocas e discussões.

Ao professor Carlos Naujorks, por ter aceitado minha participação em sua disciplina, como estagiária docente e ter me ensinado muito sobre a docência.

Aos professores da UFF, Marcelo Figueiredo e Denise Alvarez, pela atenção e interesse com que me receberam no Rio de Janeiro, pelo maravilhoso trabalho que vêm desenvolvendo com trabalhadores/as *offshore* e, por me mostrarem que seria possível a realização da minha pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

MADERS, Tielly Rosado. “**Trabalho e temporalidades: sentidos produzidos por petroleiros/as offshore**”. Florianópolis, 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Maria Chalfin Coutinho.

Defesa: 13/março/2014

Resumo

Tendo como base teórico-epistemológica o construcionismo social, esta pesquisa teve como objetivo compreender quais os sentidos sobre tempo livre produzidos por trabalhadores/as *offshore* em seu cotidiano de trabalho. Os/as trabalhadores/as *offshore* realizam suas atividades em alto mar e atuam em regime de trabalho distinto da maior parte da população, sendo quatorze dias embarcados/as em plataformas de petróleo e quatorze ou vinte e um dias em folga na terra. A pesquisa foi realizada a partir da abordagem qualitativa e como principal fonte de informação realizei entrevistas com trabalhadores/as da Bacia de Campos. Visando alcançar o objetivo da pesquisa, o caminho percorrido iniciou-se com observações de cunho etnográfico na cidade de Macaé – Rio de Janeiro, registradas em Diário de Campo. Posteriormente, foram realizadas entrevistas compreensivas com dezessete sujeitos, sendo utilizadas seis para realizar a análise em profundidade e as demais utilizadas como informações complementares. As análises foram efetuadas a partir das narrativas dos/as trabalhadores/as *offshore* e as informações levantadas foram organizadas em categorias temáticas, seguidas da articulação com a literatura. Foi possível consolidar dois eixos de análise: os tempos lá, compreendendo a vida dos/as trabalhadores/as quando estão embarcados/as nas plataformas de petróleo e, os tempos cá, abarcando os aspectos que compreendem suas vidas em terra. Como resultados, observei que ao continuarem embarcados após o expediente de trabalho, por um longo período de tempo, os/as trabalhadores/as intensificam as vivências do tempo de trabalho e acabam por não dissociar o tempo de trabalho do tempo liberado do trabalho. As narrativas revelam um sentido de tempo livre como tempo destinado à reposição de forças e ao repouso. Os tempos vividos em terra também revelam os mesmos sentidos, mas, além disso,

aparecem como um tempo de recuperação do tempo “perdido” durante o período de embarque, o tempo que passaram longe da família, amigos/as e da vida social como um todo. Dessa forma, o tempo de trabalho se estende e invade não só o tempo liberado do trabalho nas plataformas, mas até mesmo os tempos de estar em folga na terra. As experiências temporais vivenciadas pelos/as trabalhadores/as *offshore* são pautadas na produção e reiteram o quanto os tempos sociais contemporâneos se configuram como objetivação econômica e como forma social de dominação.

Palavras-chave: Trabalho *offshore*; Produção de sentidos; Tempo de trabalho e tempo liberado do trabalho.

MADERS, Tielly Rosado. **Work and temporalities: the meanings produced by offshore tankers.** Florianópolis, 2014. 154p. Dissertation (Master in Psychology). Psychology Postgraduate Program, Santa Catarina Federal University.

Abstract

Having as theoretical-epistemological basis the social constructionism, this research had the goal to comprehend which meanings about free time are produced by offshore workers in their daily work. The offshore workers perform their activities at sea and operate under a distinct labor regime of most of the population, with fourteen days onboard on the oil platform and fourteen or twenty-one days off in the land. The survey was conducted from the qualitative approach and as main source of information I realized interviews with workers of Bacia de Campos. In order to achieve the research objective, the path began with ethnographic observations in the city of Macaé - Rio de Janeiro, registered in a field diary. Subsequently, comprehensive interviews was conducted with seventeen subjects, six used to perform in-depth analysis and the other used as complementary information. The analyzes were performed based on the narratives of offshore workers and the information gathered were organized into thematic categories followed the articulation with the literature. It was possible to consolidate two angles: the times there, including the lives of offshore workers when they are embedded on the oil platforms and the times here, covering the items that comprise their lives on land. As a result, I observed that to remain embedded after hours of work, for a period of time away, offshore workers intensify the experiences of working time and not dissociate working time for time freed from work. The narratives reveal a meaning of free time to spare time for the forces and rest. Even time lived on land reveal the same meaning, but in addition, appear as a recovery time "lost" during the time of boarding, the time spent away from family, friends and the social life as a whole. Thus, the working time is extended and invades not only the time freed from work the embedded, but even the times of being off in the land. The temporal experiences lived by offshore workers are based on production and

reiterate how contemporary social times are characterized as economic objectification and as a social form of domination.

Key-words: Offshore Work, Production of Meanings, Working time and Time freed from work.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Caracterização dos/as entrevistados/as	67
Tabela 2: Organização das temáticas	72

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPSH	Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos
EPI	Equipamento de Proteção Individual
IPC	Indústria de Processo Contínuo
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SINDITOB	Sindicato dos Trabalhadores <i>Offshore</i>
SINDIPETRO	Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Próprias e Contratadas na Indústria e no Transporte de Petróleo, Gás, Matérias-primas, Derivados, Petroquímica e afins, Energias de Biomassas e outras Renováveis e Combustíveis Alternativos no Estado do Rio de Janeiro
SINDIPETRO	Sindicato do Norte Fluminense
NF	
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIR	Tempo Ininterrupto de Revezamento
TPD	Tensão Pré-Embarque
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

INTRODUÇÃO	21
1. TEMPOS DE TRABALHO, TEMPOS DE PETRÓLEO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS	29
1.1 Trabalho	29
1.2 A indústria petrolífera e o setor offshore	33
1.3 A construção histórica dos tempos sociais	39
1.4 Produção de Sentidos no Cotidiano	49
2. CAMINHO DA PESQUISA	55
2.1 Estudo exploratório	57
2.2 Procedimento de levantamento das informações	60
2.3 Contexto e participantes da pesquisa	62
2.4 Procedimento de Análise das Informações	68
3. “TEMPOS LÁ”: OS TEMPOS DE TRABALHO	75
3.1 O confinamento	75
3.2 Cotidiano de trabalho <i>offshore</i>	79
3.2.1 Jornada de trabalho e turnos de revezamento	79
3.2.2 Procedimentos Rotineiros, de Segurança e Riscos de Acidentes	86
3.2.3 Relações de trabalho	91
3.3 O tempo liberado do trabalho	97
3.3.1 Atividades realizadas no tempo liberado do trabalho	97
3.3.2 Os espaços oferecidos nas plataformas	99
3.3.3 Tensão Pré-Desembarque	103
4. “TEMPOS CÁ”: OS TEMPOS DA FOLGA VIVENCIADOS EM TERRA	107
4.1 Tempos de despedida	109
4.2 Tempos de recomeço	114
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICE A – Pesquisa em Banco de Dados a partir dos Descritores	139
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	145
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista para os/as trabalhadores/as	147
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista para os/as Dirigentes Sindicais	151
ANEXO A – Termo de Aprovação de Projeto no Comitê de Ética	153

INTRODUÇÃO

O interesse em compreender a vida social, particularmente as relações e vivências construídas nos diferentes contextos de trabalho, me acompanha desde a graduação em Psicologia. No decorrer dos cinco anos de curso tive a oportunidade de participar da organização de semanas acadêmicas e seminários. Percebia que o trabalho, enquanto categoria de estudo, surgia na maioria das palestras e discussões acadêmicas, ainda que com diferentes abordagens. Passei a considerar o trabalho como uma atividade central presente no cotidiano da maioria das pessoas. Após algumas aproximações com a temática, comecei a participar de grupos de estudo, os quais se mantiveram até o final da graduação. Inúmeros questionamentos surgiram nesse caminho e despertaram o interesse em estudar trabalho.

Da mesma forma, após a graduação, tive contato com algumas leituras que suscitaram questionamentos sobre aspectos relativos ao tempo. Algumas até questionando a centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas. Percebi que o trabalho é indissociável das questões temporais uma vez que, em função da força de trabalho vendida por uma determinada jornada de tempo, o capitalismo se apropria do tempo dos/as trabalhadoras, institucionalizando o tempo de trabalho e, por conseguinte, o tempo de não trabalho¹ (Morais, 2007).

¹ De acordo com Dal-Rosso (2011), o trabalho possui a propriedade de duração, expressa por um intervalo com um ponto de início e outro de término. Assim, tempo de trabalho compreende os momentos durante os quais as pessoas executam seus trabalhos. Por oposição, o tempo de não trabalho designa as atividades que são realizadas num intervalo de tempo

De forma global, é possível afirmar que todas as pessoas vivem o tempo cotidianamente. O acesso geral às mais diversas tecnologias juntamente às transformações em curso no mundo do trabalho², apresentam novas configurações nas formas de gerir o tempo de trabalho. Estas transformações caracterizam uma importante mudança nas formas de compreensão e utilização do tempo, com implicações não só para as relações de produção, mas para todas as esferas da vida social (Araújo & Duque, 2012).

Cardoso (2009) refere que, com a intensificação e a flexibilização do trabalho, a separação entre os tempos/espacos de trabalho e de não trabalho se diluem:

Vê-se, ainda, a fragmentação e a individualização do tempo dedicado ao trabalho e o surgimento de uma pluralidade de novos tempos de trabalho. Fragmentação e individualização causadas, sobretudo, pela crescente flexibilização que coloca esses tempos cada vez mais em total assincronia em relação aos outros tempos sociais – como o da família, do lazer, do amor, da educação, entre outros, modificando as relações de trabalho e as formas de vivenciar os diversos tempos sociais (Cardoso, 2009, p. 101).

Neste cenário surgem novas vivências temporais cotidianas para os/as trabalhadores/as e o tempo torna-se objeto de estudo. Ao utilizar o tempo como categoria de análise articulada ao trabalho, é possível abordar dimensões que, além do trabalho, integram a vida social como um todo, como o tempo do lazer e o tempo da família (Franch, 2012).

fora do tempo do trabalho. Estes conceitos serão retomados no capítulo teórico.

² Sobretudo as inovações tecnológicas e gerenciais (Padilha, 2000). Estes conceitos também serão abordados no capítulo teórico.

Partindo da compreensão de como a categoria tempo é apropriada no âmbito das ciências sociais – desde a elaboração do conceito de ‘tempos sociais’ até a construção da noção de um tempo dominante – se busca compreender a ideia de que, ao constituir-se um aspecto central da estrutura social, a temporalidade deve ser concebida como elemento chave do estudo das transformações do fenômeno laboral (Aquino, 2003, p. 151).

Com o intuito de definir um problema de pesquisa no campo do trabalho para participar do processo seletivo do mestrado, realizei um levantamento de pesquisas com foco em diferentes contextos de trabalho. A busca foi realizada no banco de dados da CAPES³, no Scielo⁴ e, no Google Acadêmico⁵, utilizando como descritores: /trabalho/, /tempo/, /psicologia/ e /trabalho/, /trabalho/ e /tempo/ e/trabalho//contemporâneo/.

Padilha & Grande (2011) observam “que em cada época e lugar, as características do(s) trabalho(s) mudam e, além disso, que seu estudo requer a focalização por setores ou categorias das atividades laborais” (p. 112).

Dessa forma, entre os diversos temas encontrados, um contexto peculiar de trabalho me chamou atenção, o dos/as trabalhadores/as *offshore*⁶, pelo fato de estes/as trabalhadores/as atuarem em regime de trabalho distinto da maior parte da população (confinados/as em plataformas marítimas de petróleo) e, conseqüentemente, sofrerem

³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

⁴ Scientific Electronic Library Online

⁵ Pesquisa avançada de artigos acadêmicos

⁶ O termo *offshore* é utilizado para todos os trabalhadores e trabalhadoras que realizam suas atividades em alto mar, em situação de confinamento (Pessanha, 1994).

significativas privações no que diz respeito à vida social, familiar e ao tempo liberado do trabalho.

Ao escolher este contexto de trabalho, realizei uma nova busca (nos mesmos bancos de dados), porém, com novos descritores: /trabalho//*offshore*/,/petroleiros(as)//*offshore*/,/trabalhadores(as)//*offshore*/, /psicologia/ e /trabalho//*offshore*/, /tempo/ e /trabalho//*offshore*/, /trabalho/ e /tempo/.

É importante ressaltar que encontrei pesquisas sobre diversos temas acerca do trabalho *offshore* (Ver Apêndice A), dentre elas: perfil do/a trabalhador/a *offshore*, gestão de pessoas nas plataformas, saúde mental, qualidade de vida, estresse laboral e de *burnout*, fragilidade no relacionamento social e familiar, mulheres neste contexto de trabalho, trabalho em turnos, segurança e condições de trabalho, acidentes em plataformas, terceirização, entre outros. Na busca realizada, não encontrei pesquisas com o foco no tempo liberado do trabalho, vivenciado cotidianamente pelos/as trabalhadores/as *offshore* no período de embarque⁷.

Conforme Araújo (2012), o conflito entre regimes de temporalidades apresenta desconexões e colisões entre sistemas, como por exemplo, entre as temporalidades do trabalho e as temporalidades familiares e privadas. Para Venco (2012), a flexibilização das temporalidades interfere na vida cotidiana na medida em que as pessoas

⁷ Durante a construção da dissertação realizei constantes buscas em bancos de dados com foco no trabalho *offshore*, com objetivo de acompanhar as novas publicações e me atualizar sobre o tema.

passam a adaptar sua vida privada aos horários de trabalho incomuns, gerando um descompasso entre o tempo de trabalho e o tempo pessoal.

Este fenômeno pode ser observado no contexto dos/as trabalhadores/as *offshore*. Estes/as trabalhadores/as atuam em regime distinto da maior parte da população, cumprindo os 14 dias de sua jornada de trabalho embarcados/as em plataformas e/ou navios de petróleo em alto mar, sem a possibilidade de voltar para casa ao final do dia.

Toda organização social inclui formas de percepção, uso e adaptação aos tempos social e natural. Assim, o tempo é vivido, experimentado e manipulado e pode assumir diversos sentidos conforme os contextos culturais e sociopolíticos (Araújo, 2012).

Para o construcionismo social, posição epistemológica norteadora dessa pesquisa, a realidade é compreendida como uma construção social, vivenciada por meio do intercâmbio entre as pessoas que, ao conversarem, processam narrativas e produzem sentidos como forma de se situarem no mundo. Os sentidos compartilhados pelas pessoas que vivem e interagem no dia a dia, mais ou menos cristalizados pelos discursos científicos e divulgados pelos meios de comunicação, são recriados pelas pessoas em um jogo de ações e interações que as situam e re-situam no mundo, de maneira sempre inacabada (Gergen 2009; Pinheiro, 2004).

Diversos questionamentos surgiram das leituras realizadas sobre a literatura encontrada, como: quais são os sentidos produzidos e compartilhados pelos/as trabalhadores/as *offshore*? Como eles/as vivem

o tempo embarcado e o tempo em terra? Qual o sentido de estar embarcado/a no tempo liberado do trabalho? Quais são as atividades realizadas por estes/as trabalhadores/as quando estão embarcados/as? Como é a vida *offshore*?

Foram estes questionamentos que apontaram para a escolha do problema de pesquisa, o qual norteou todos os passos do trabalho: quais os sentidos sobre tempo livre produzidos por trabalhadores/as *offshore* em seu cotidiano de trabalho?

Tomando esse como foco da pesquisa, desdobraram-se os seguintes objetivos específicos: identificar quais as atividades realizadas pelos/as trabalhadores/as fora da jornada de trabalho quando se encontram embarcados/as e levantar e analisar os discursos dos/as trabalhadores/as sobre o tempo liberado do trabalho.

Para responder aos objetivos acima realizei uma pesquisa de campo na cidade de Macaé - RJ, onde foi possível conhecer um pouco da realidade dessa cidade e das pessoas que lá vivem e por lá passam. Conversei com diversas pessoas que conhecem um pouco sobre o mundo *offshore* e realizei entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras *offshore*.

A dissertação está dividida/organizada em quatro capítulos. O capítulo um apresenta a fundamentação teórica e está organizado em três partes. A primeira sobre o trabalho e suas transformações, o setor petrolífero e o trabalho *offshore*. A segunda problematiza a construção histórica dos tempos sociais e, por fim, na terceira parte são feitas reflexões acerca da produção de sentidos no cotidiano.

O capítulo dois aborda os caminhos percorridos durante a pesquisa, os procedimentos de levantamento e análises das informações e uma contextualização dos participantes e do campo onde foi realizada a pesquisa. Os dois últimos capítulos (capítulo 3 e capítulo 4) são referentes à análise das informações levantadas e, por fim, apresento o fechamento da pesquisa por meio das considerações finais.

1. TEMPOS DE TRABALHO, TEMPOS DE PETRÓLEO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

1.1 Trabalho

Em relação aos estudos sobre trabalho, encontra-se na literatura discussões com base em diferentes matrizes teóricas. A compreensão de trabalho utilizada nesta pesquisa se deu a partir de Karl Marx (2002/1883). Nessa perspectiva, ao tomar a forma mais elementar e simples do trabalho, pode-se afirmar que - antes de tudo - o trabalho é um processo do qual participam o ser humano e a natureza, processo em que o ser humano regula e controla seu intercâmbio material com a natureza (Marx, 2002/1883).

Ao defrontar-se com a natureza, o ser humano põe em movimento as forças naturais de seu corpo (braços, pernas, cabeça e mãos), a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (Marx, 2002/1883). Não se colhe trigo somente como se apresenta na natureza para saciar a fome, mas planta-se, colhe-se, moem-se seus grãos, para assim fazer a massa e assar em formato de pão que nos alimenta (Iasi, 2010). O processo de trabalho é uma atividade em que o ser humano não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira. Trata-se, de acordo com Marx (2002/1883) da “dimensão concreta” do trabalho⁸.

⁸ Nas sociedades contemporâneas capitalistas, o acelerado desenvolvimento e difusão da tecnologia implica profundas transformações na vida cotidiana e particularmente nas relações e contextos de trabalho (Dalmaso e Coutinho, 2010). O processo de trabalho no setor *offshore* deve

Porém, o processo de trabalho apresenta características diferentes e se constitui como “trabalho abstrato” quando visto na economia capitalista já desenvolvida, o que acontece quando um produto deve ser produzido não mais apenas para satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência, mas acima de tudo, para venda, tornando-se assim, uma mercadoria (Marx, 2002/1883).

Na sociedade capitalista industrial, o trabalho adotou a forma de emprego e, o trabalho assalariado assumiu o caráter de sustento material (Coutinho & Silva, 2011). Os seres humanos passaram a trabalhar uns para os outros e o trabalho adquiriu uma forma social específica.

A compreensão dos diferentes contextos de trabalho na sociedade contemporânea requer uma reflexão acerca das transformações ocorridas nas últimas décadas no mundo do trabalho. Desde o início da sociedade capitalista industrial até as sociedades contemporâneas, o mundo produtivo passou por diversos processos de transformação social, os quais implicaram mudanças significativas na sociedade e nas relações de trabalho (Antunes, 2002).

Em um primeiro momento, a organização do trabalho foi baseada nos sistemas taylorista/fordista. O trabalho foi racionalizado com o objetivo de aumentar a produção e o lucro, por meio da divisão

compreender a tecnologia enquanto uma ferramenta humana construída continuamente. Nesse sentido, o trabalho *offshore* é caracterizado por um sistema sócio técnico complexo, o qual inclui a interlocução de pessoas e instrumentos técnicos de alta complexidade, devido ao alto grau de sofisticação tecnológica das instalações petrolíferas e as inúmeras conexões e componentes necessariamente acoplados para a realização do processo do trabalho (Figueiredo, 2012).

manufatureira do trabalho. A gerência passou a utilizar conhecimentos científicos para solucionar problemas na gestão da produção, disciplinar e controlar o tempo e as atividades realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras nas fábricas (Heloani, 2003).

Com o aperfeiçoamento do sistema taylorista, o sistema Fordista, introduzido por Henry Ford, tinha como pressupostos: as linhas de montagem, as novas formas de controle de ritmo do trabalho (ditada pelas esteiras) e incentivos monetários dados aos trabalhadores, como a elevação do salário de acordo com a produção (Heloani, 2003). Pautado na produção intensa de mercadorias, com característica de produtos mais homogêneos e uma organização vertical das atividades - determinado pelo cronômetro e a produção em série e de massa - esse modelo tornou-se hegemônico durante quase todo o século XX, estando presente no período da grande indústria. (Antunes, 2002).

As demandas de consumo se diversificaram e foi preciso um conjunto de reformas tecnológicas, gerenciais e produtivas no interior das organizações para se adaptarem ao desenvolvimento da economia. Estas inovações tecnológicas, gerenciais e institucionais, com novos modos de organização da produção e do processo de trabalho, geraram profundas mudanças e o mundo capitalista moderno assistiu a várias transformações em nível econômico e social (Antunes, 2002).

A partir da década de 1970, em decorrência das crises econômicas dos países de capitalismo avançado, com o choque do preço do petróleo e a ascensão das taxas de juros e, como reação ao sistema fordista - dada a grande margem de desperdício e o aumento de

paralisações e sabotagens por parte dos/as trabalhadores/as– formou-se um horizonte para o desenvolvimento de novas formas de produção e organização do trabalho (Antunes, 2013; Cattani & Holzmann, 2011).

Com a incapacidade dos países capitalistas avançados em dar continuidade ao modelo de crescimento econômico, instituiu-se um regime de acumulação marcado por um ideário neoliberal, que prega o Estado mínimo, privilegia a dimensão financeira do capital e se baseia na acumulação flexível (Coutinho & Silva, 2011).

Conforme Lapis (2011), o modelo de acumulação flexível enfoca as mutações em curso no sistema capitalista:

[...] as transformações ocorridas nos modos de produzir bens e serviços e de organizar os processos de trabalho, nos sistemas político e social de regulação da sociedade, nas normas de consumo, no uso do espaço e do tempo e nos padrões de cultura (Lapis, 2011, p. 28).

Conforme Holzmann (2011), como um dos recursos da estratégia capitalista para fazer frente à crise, o toyotismo, já utilizado na fábrica da Toyota desde a década de 1950, foi amplamente difundido a partir dos anos 1970 e é referido como *modelo japonês e produção enxuta* [itálicos da autora]. Considerado um sistema de produção flexível, implica transformações nos modos de produção⁹, a qual é desencadeada pelas demandas e variações do mercado. O sistema toyotista requer uma grande agilidade da produção a essas flutuações, por meio da relação de estreita colaboração entre empresas fornecedoras

⁹Produção ajustada ao consumo (just in time), novos padrões de gestão da força de trabalho, gestão participativa e busca de qualidade total – como também, a contratação de serviços com qualificação da mão-de-obra (Antunes, 2013, Padilha, 2000).

e empresas clientes, “cada estação de trabalho deve assegurar a qualidade daquilo que repassa para seu cliente (a estação seguinte), assim como tem garantida a qualidade do material que recebe” (Holzmann, 2011, p. 427).

Durante a década de 1980, a automação, a robótica e a microeletrônica tomaram conta do universo das fábricas, modificando as relações de trabalho e de produção do capital (Antunes, 2002). Este cenário, da reestruturação produtiva, marcado pelas políticas de ajuste neoliberal coloca o mercado como regulador da sociedade; desestrutura o Estado de Bem Estar Social¹⁰, abre os mercados nacionais a fim de acirrar a competitividade entre as empresas, privatiza as empresas estatais e flexibiliza a legislação trabalhista (Antunes, 2002; Lapis, 2011).

1.2 A indústria petrolífera e o setor offshore

Principal fonte de energia do século XX, o petróleo e sua exploração ganharam importância no mundo na medida em que avançou a industrialização (Figueiredo, 2012).

Devido à forma lenta e tardia com que se desenvolveu o processo de industrialização no Brasil, o mesmo não acompanhou o ritmo dos países centrais do capitalismo e isso fez com que o país

¹⁰ Estado de Bem-Estar Social remete a um modelo de Estado, o qual deve ser regulador da política e da economia. Neste modelo, compete ao Estado, a partir de diferentes formas de investimento, buscar alternativas que contemham o desequilíbrio da economia (Fonseca, 2010).

entrasse no século XX seguindo uma economia predominantemente agrícola. O atraso implicou um processo de longa duração no que diz respeito à sistematização da identificação e exploração das reservas naturais do país (Barbosa, Borges, Cavalcanti & Portela, 2007).

Em meio a um contexto de lutas patrióticas contra a investida estrangeira para conquistar a indústria do petróleo brasileiro, em 1953, Getúlio Vargas sancionou a Lei 2.004, que deu origem à Petrobrás; com interesse em uma empresa genuinamente nacional e sem a intervenção do capital estrangeiro¹¹ (Barbosa et al., 2007).

No decorrer das décadas de 1980 e 1990, com a reestruturação produtiva e significativas ampliações e inovações tecnológicas, como a introdução da automação industrial de base microeletrônica, grandes mudanças modificaram a produção em diversos setores, com destaque para o setor petroquímico (Antunes, 2013). A Petrobrás acompanhou as mudanças político-econômicas do país e o seu crescimento dependeu de uma série de reformas administrativas, radicalizadas a partir de 1997. Após a aprovação da Lei n. 9.478, que rompeu o monopólio estatal, a empresa abriu o mercado para o investimento do capital privado (Barbosa et al., 2007).

Segundo Furtado (2003), a aprovação desta lei quebrou o monopólio exercido pela Petrobrás sobre as atividades de “exploração,

¹¹Nessa época, a atividade de exploração *offshore* inexistia no Brasil. Apesar de as pesquisas geológicas nacionais serem realizadas desde o início da década de 1960, a primeira descoberta em mar aberto foi em 1968, com sua produção iniciando-se no ano seguinte (Figueiredo, 2012).

produção, refino e transporte de petróleo, derivados e gás natural, possibilitando que empresas operadoras e prestadoras de serviços, sejam elas nacionais ou estrangeiras, venham competir com a empresa estatal em todos esses segmentos de atividades” (p. 8).

Desde então, a Petrobras tem investido em parceria com outras empresas, diversificando seus negócios e se expandindo para além do mercado interno. Sem dúvida, estas transformações modificaram as formas de organização no trabalho e interferiram na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, como apontado a seguir:

No atual contexto, em que se acentua a competitividade entre as empresas do ramo energético, provocada, principalmente, pelo aumento da concorrência, em virtude da presença de novas companhias de petróleo, e pela abertura de comércio na área de produtos derivados, esses modelos tecnológicos e político-estruturais tornaram-se insuficientes para atender às novas demandas do mercado, que, atualmente, se caracteriza pela flexibilidade, inclusive em relação aos direitos dos trabalhadores (Barbosa et al., 2007, p. 74).

Porém, Figueiredo (2012) destaca que o avanço da terceirização no setor de petróleo não pode ser considerado um fenômeno novo, pois:

Desde as primeiras décadas do século XX engendrou-se em torno das companhias de petróleo uma extensa rede de subcontratação de equipamentos, produtos e serviços oferecidos por terceiros, firmas especializadas que se constituíram para difundir as inovações de seus fundadores [...] (Figueiredo, 2012, p. 94).

Para o autor, especialmente ao longo dos anos 1990, a terceirização e precarização acentuaram-se no setor *offshore*, com destaque para a Bacia de Campos. Para Barbosa et al (2007), os/as trabalhadores/as do setor de petróleo *offshore* são submetidos às atuais práticas de gestão como a terceirização e as novas formas de emprego

(contratos indiretos ou a terceiros), contratos temporários, etc. Ainda, conforme Druck (2013), é possível perceber os efeitos perversos destas ações nos acidentes de trabalho e, entre eles, os acidentes fatais, que atingem majoritariamente os terceirizados.

De acordo com Figueiredo (2012) e Romão (2013) a indústria de petróleo é considerada indústria de processo contínuo (IPC). A complexidade do trabalho em uma unidade de tipo IPC obrigada seus operários a tomarem decisões urgentemente rápidas e ainda, na maioria das vezes, sem possibilidade de recorrer à gerência, o que poderia proporcionar mais autonomia aos trabalhadores. Porém, observa-se que:

Com o aprimoramento das normatizações, o insulamento técnico dos operadores foi extremamente reduzido. Além das certificações, a reestruturação produtiva adotou novos instrumentos de controle, permitindo um acompanhamento mais preciso dos tempos e das tarefas executadas, independente do operador (Romão, 2013, p. 126).

Para Romão (2013), por meio da introdução de certificações segundo o modelo toyotista e novos equipamentos de controle informatizados, a Petrobrás aumentou o controle dos tempos de trabalho dos operários e apropriou-se dos seus saberes e conhecimentos. Como resultado desse processo, os planos de carreira foram alterados e os concursos radicalmente reduzidos, aumentando drasticamente o número de trabalhadores/as contratados/as.

Neste escopo, destaco o contingente de trabalhadores/as *offshore*. Estes/as trabalhadores/as atuam, predominantemente, em regime de trabalho distinto da maior parte da população, com o período de 14 dias em confinamento em plataformas marítimas e 14 ou 21 dias em folga na terra (Leite, 2009). Esta realidade de trabalho provoca uma

ruptura entre dois momentos distintos na vida dos trabalhadores, 14 dias no mar e 14 ou 21 dias na terra. Ao terminarem a jornada de trabalho diária, estes trabalhadores continuam embarcados/as no local de trabalho, em estado de sobreaviso¹² (Leite, 2009; Rodrigues, 2001).

A jornada de 14 x 14 ou 14 x 21 é predominante para a maioria dos trabalhadores *offshore*, mas há variações da jornada dependendo da empresa e da função do trabalhador. Um mergulhador, por exemplo, chega a passar 28 dias confinado (Maia, Gonçalves, Celestino & Figueiredo, M. G., 2003). Uma característica peculiar deste trabalho é o confinamento, pois durante no mínimo 14 dias seguidos, ao término da jornada de trabalho, os trabalhadores não voltam às suas residências, permanecem em seu local de trabalho (Maia et al., 2003).

Outra característica peculiar deste tipo de trabalho é o isolamento, já que o embarque na plataforma em alto mar permite aos trabalhadores se deslocarem apenas dentro de um espaço limitado, o que impossibilita o abandono do local de trabalho a qualquer momento (Maia et al., 2003).

A condição do confinamento/isolamento é entendida como um eixo central para pensar o tempo liberado do trabalho para estes trabalhadores, dado que esse é vivenciado intercaladamente com o trabalho nas plataformas marítimas, quando estão embarcados/as.

¹²Sobreaviso designa um regime em que o empregado, mesmo à distância, é submetido ao controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, e acaba permanecendo em regime de plantão, aguardando ser chamado para o serviço a qualquer momento, mesmo durante o período de descanso (Portal Tributário, 2007).

Além destas características, o regime de trabalho *offshore* se dá por turnos. Durante o embarque, o trabalho *offshore* se desenrola em dois turnos de revezamento, ao longo das 24 horas diárias. Nos 14 dias embarcados/as, os funcionários passam sete dias no turno da noite e os outros sete no turno do dia, revezando-se continuamente (Alvarez, Figueiredo & Rotenberg, 2010). A adaptação ao regime de turnos é sempre interrompida bruscamente pelo retorno ao ritmo doméstico e vice-versa (Maia et al., 2003).

O ambiente de trabalho implica em alta periculosidade, já que existem riscos de incêndios, explosões e vazamentos de produtos de alta toxicidade do local, e insalubridade, como os ruídos elevados e o excesso de calor (Maia et al., 2003).

Rodrigues (2001) aponta que, os/as trabalhadores/as embarcados/as estão restritos aos espaços oferecidos pelas plataformas, que são: camarotes, refeitório, sala de recreação, cinema, escritório, sala de jogos, a saber:

Existem poucas atividades coletivas de lazer envolvendo os embarcados. Se nas relações de trabalho a proximidade entre os dois grupos [grupos de revezamento] é inevitável e imposta, na prática de esportes, onde o contato físico é iminente, ela é evitada a todo custo. A presença nos ambientes de lazer é permitida apenas em roupas civis, sendo o ingresso com roupas de trabalho, vedado. Essa determinação pareceu ser uma forma indireta de controle das pessoas em seus diferentes espaços. A diferenciação, pessoa-em-trabalho e pessoa-em-folga nas atividades de trabalho em terra se faz pela mudança espacial. Na plataforma, os locais de trabalho e lazer coexistem em um mesmo espaço. A identificação, nesse caso, se dá pela roupa, ou mais precisamente, pela ausência do uniforme que de imediato sugere que determinada pessoa está de folga naquele exato momento. Assim, os trabalhadores de folga são facilmente identificáveis pelos supervisores e colegas (Pena, 2002, p. 3).

Assim, durante todo o período de embarque, além do ambiente hostil caracterizado pela alta periculosidade, a convivência com os colegas durante um longo período de tempo em confinamento, a distância da família e da sociedade como um todo, implica privações significativas que refletem diretamente nas formas como os/as trabalhadores/as sentem e vivenciam o tempo liberado do trabalho (Barbosa et al., 2007).

Para Alvarez et al. (2010), é importante ressaltar que a discussão acerca dos trabalhadores *offshore* se insere numa discussão mais ampla acerca das temporalidades no trabalho, no sentido de que o regime de embarque desorganiza a vida social dos trabalhadores ao exacerbar a dicotomia ambiente de trabalho e ambiente doméstico (Sampaio, Borsoi & Ruiz, 1998).

1.3 A construção histórica dos tempos sociais

Havia antigamente uma atitude à vivacidade e à brincadeira que foi, em parte, inibida pelo culto da eficacidade: o homem moderno considera que todas as coisas que ele faz devem ser em função de alguma outra coisa e jamais por elas mesmas.

Bertrand Russell

O tempo é um fenômeno múltiplo, transversal e complexo, considerado elemento central da experiência social e importante constituinte da identidade individual e coletiva, através do qual é possível situarmo-nos enquanto civilização (Araújo & Duque, 2012). O tempo tornou-se uma representação simbólica de vasta rede de relações de caráter individual, social e/ou puramente físico, constituindo-se em um símbolo universal praticamente inquestionável (Cardoso, 2009; Elias, 1998).

No dicionário, o tempo é definido como a sucessão dos anos, dos dias, das horas etc., que envolve para a sociedade, a noção de presente, passado e futuro (Cherman & Vieira, 2008). É a partir da vivência temporal que nos posicionamos perante a vida e a finitude desta, enquanto sujeito histórico e datado (Araújo & Duque, 2012).

Devido à grande complexidade e o grau de abstração intrínseco às noções do tempo, discussões estão presentes na filosofia antiga, desde os/as hebreus/as passando pelos/as gregos/as, pela filosofia cristã, pela filosofia moderna, e também de modos muito distintos nas diversas áreas do conhecimento científico, até os dias atuais: Física, Geologia, Geografia, Cronologia, Biologia, História, Matemática, Psicologia, Ciências Sociais, etc. (Noronha, 2003).

Nas ciências sociais, é consenso, conforme Padilha (2000), que a vida e o tempo se influenciam e se determinam. A vida é marcada pela divisão do tempo em minutos, horas, dias, semanas, meses, anos e, neles, infância, juventude, maturidade, velhice, etc. Conforme Venco (2012), “sociologicamente, o tempo é uma construção social, edificada

sobre normas concebidas e instituídas na vida quotidiana das comunidades” (p. 100). Para o autor, desde os tempos mais remotos, a sociedade mediu o tempo para estabelecer suas mais diversas atividades, para o plantio, a colheita e inclusive para as celebrações religiosas. Cada momento era visto como tempo dispendido para atividades específicas. A compreensão do tempo era orientada por estas tarefas e era utilizado como uma importante ferramenta de organização social.

Como coloca Araújo (2012), o tempo pode ser considerado uma condição para a organização do mundo social e natural, já que cada processo possui um tempo específico, mutuamente condicionado pelos ritmos naturais, sociais e até tecnológicos, como veremos no decorrer deste capítulo.

Na Idade Média, o tempo era compreendido a partir das vivências dos/as camponeses independentes, que o mensuravam por meio de cantigas ou orações. Também os/as mercadores/as eram submetidos/as ao tempo meteorológico, ao ciclo das estações, à imprevisibilidade das intempéries e dos cataclismos naturais. Por meio das leis da natureza, respeitava-se o tempo natural para o cozimento dos alimentos e a duração do trabalho era o tempo de uma economia ainda dominada pelos ritmos agrários(Le Goff, 1979/1977; Venco, 2012).

O maior avanço para a civilização em seus primórdios talvez tenha sido o conhecimento do ciclo das estações. Uma vez que as épocas de seca e cheia, frio e calor passaram a ser previstas com certa precisão, as atividades agrícolas tornaram-se mais eficientes, liberando mão-de-obra do campo, que logo rumou para as grandes cidades ainda em formação em busca de novas oportunidades (Venco, 2012, p. 51).

Para Cherman e Vieira (2008), “foi apenas no século XIII, quando os relógios mecânicos começaram a ser precisos o bastante, que o minuto passou a ser empregado para medir o tempo” (p. 129). A sociedade demorou aproximadamente três séculos para se adaptar à nova divisão cronometrada de tempo, ou seja, o tempo voltado ao trabalho, antes determinado pelo ritmo dos ciclos das estações, passou a ser contabilizado nas horas do relógio.

A partir do século XIV, com alterações verificadas na economia, iniciou-se a organização de uma rede comercial que se estendeu pelos próximos séculos:

A demora de uma viagem, por mar ou por terra, de um lugar para outro, o problema dos preços que, no decorrer de uma mesma operação comercial, e mais ainda quando o circuito se complica, sobem ou descem, aumentam ou diminuem os lucros, a duração do trabalho artesanal ou operário [...] tudo isso se impõe cada vez mais à sua atenção e se torna objeto de regulamentação cada vez mais minuciosa (Le Goff, 1979/1977, p. 51).

O aprimoramento das redes comerciais e industriais se desenrolou estritamente fundamentado no tempo cronológico do relógio, houve uma demarcação rígida e clara na nova forma de estabelecer os diferentes tempos sociais, o que modificou significativamente as estruturas e relações sociais da época (Le Goff, 1979/1977; Cherman & Vieira, 2008).

Dedecca (2008) afirma que ao longo do século XX a organização da sociedade capitalista se traduziu em regulação da jornada de trabalho no mercado. Com o objetivo de sincronizar as jornadas de trabalho realizadas cotidianamente e simultaneamente,

estabeleceu-se uma crescente padronização do mesmo. A organização específica da industrialização foi marcada pelo controle e quantificação do tempo segundo o horário de entrada e saída das fábricas (Richter, Jover & Nunes, 2002).

Por meio do rígido controle taylorista, o tempo do trabalho passou a ser somente dedicado ao trabalho e os outros tempos sociais só poderiam ser vivenciados fora desse período pré-estabelecido para a produção. Assim, visto na sociedade capitalista, o tempo passa a compreender um caráter fundamental na racionalização do processo de produção (Venco, 2012).

No decorrer da história da sociedade capitalista, a construção do tempo afastou-se dos códigos estabelecidos na agricultura familiar e daqueles ritmos regidos pelo tempo da natureza e a compreensão acerca do tempo ganhou complexidade (Venco, 2012).

A invenção do tempo como construção social é inseparável da criação de instrumentos para sua contagem e da normalização de regras e procedimentos sociais. O tempo passou a imperar - nessas novas sociedades - em um sentido de uso econômico. As normas disciplinares do trabalho tornaram-se estritamente ligadas às ferramentas de gestão da gerência, passando a configurar os demais tempos sociais (Venco, 2012).

Em decorrência destas novas demarcações temporais/cronológicas, com a padronização do tempo da jornada de trabalho, ocorreu uma nítida separação entre tempo-espaço de trabalho (produção) e tempo espaço de não trabalho, enquanto tempo voltado

para atividades de reposição física e mental (Aquino & Martins, 2007; Dedecca, 2008). Intimamente ligado às questões que envolvem a organização a partir do tempo de trabalho e da vida como um todo emergem as categorias ócio, lazer e tempo livre, que aparecem, muitas vezes, como sendo um mesmo fenômeno social. Porém, para Aquino e Martins (2007), são conceitos com naturezas distintas e exigem problematizações.

Antigamente, a concepção clássica de ócio para os/as gregos/as era associada como tempo de contemplação oposto à vida de trabalho. Ócio não significava, na época, estar ocioso no sentido de nada fazer, mas sim um exercício necessário de desenvolvimento intelectual e espiritual (Aquino & Martins, 2007).

Foi a partir da Revolução Industrial, com a necessidade de controle social no tempo fora do trabalho, que o ócio adquiriu atribuições como desocupação, inutilidade, etc. Assim, se a partir da modernidade a ideia de tempo livre é referência para falar em tempo oposto ao trabalho, a referência anterior, mais genérica, era de ócio (Aquino & Martins, 2007).

Dias (2010) refere que há uma forte tendência em situar cronologicamente o lazer, a partir do final do século XIX, quando já era possível mencionar indícios que evidenciavam o surgimento de uma nova relação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho - associado a palavras como entretenimento, turismo, divertimento e recreação- mesmo antes do advento da indústria moderna:

Quando, em fins do século XIX, início do XX, o incipiente projeto de modernização e industrialização promove a supressão do trabalho compulsório, firmando bases sobre a exploração do trabalho livre. Vincula-se, além disso, ao impulso dado à urbanização das cidades e às iniciativas de racionalização da política. Associado à tradição colonial, o lazer vai sofrer todo o tipo de intervenção e controle, submetido a um tipo de condenação moral que buscava ajustar o antigo modo de vida às exigências da produção capitalista. O lazer constituía-se como expressão de uma ação deliberada de amoldamento da subjetividade proletária, um processo de institucionalização da vida cultural que atingiu em cheio a formação social dos trabalhadores na direção do aburguesamento da sociedade, banindo assim experiências não alinhadas à nova disciplina do trabalho (Mascarenhas, 2005, p. 230-231).

Com o desenvolvimento da sociedade industrial e o crescimento de mercado, criaram-se regras político-administrativas e surgiram ferrenhas disputas no sentido de controlar a exploração dos mercados de entretenimentos, onde criaram-se cada vez mais bares, hotéis, restaurantes, cafés, concertos, clubes recreativos, com o objetivo explícito de 'organizar' este tempo-espacos fora do trabalho como lazer¹³ (Dias, 2010).

Aquino e Martins (2007) afirmam que, nas sociedades pré-industriais, as atividades lúdicas que hoje são atribuídas ao lazer, estavam intrinsicamente ligadas ao culto, à tradição, às festas e não existia o lazer em si, pois as atividades de trabalho envolviam ludicidade e prazer criativo e eram vivenciadas como tempo de ócio criativo. Assim, o trabalho e o lazer se intercalavam no cotidiano das pessoas. O

¹³Pimentel (2000) enfatiza que há, no decorrer da história, a relação do lazer como um espaço de consumo e ostentação dos bens das classes abastadas, ou seja, a alta burguesia se distinguia das outras classes sociais pelo consumo, tendo um amplo privilegio no acesso a estes espaços.

trabalho e o tempo liberado eram difíceis de serem percebidos separadamente, pois ambos se davam de maneira conjunta.

Para Aquino e Martins (2007), em relação ao lazer e ao ócio, fica claro que ambos resguardam relação com liberdade, pois necessitam de um tempo livre ou liberado do tempo do trabalho para sua realização. Dessa forma, o tempo livre pode ser entendido, de acordo com Padilha (2000), como um tempo de não trabalho, ou seja, um tempo liberado das obrigações do trabalho. Pode-se afirmar, segundo a autora, que os conceitos tempo livre, tempo de não trabalho e tempo liberado do trabalho podem ser utilizados como sinônimos.

Contemporaneamente, os tempos de trabalho e os tempos de não trabalho, são compreendidos como categorias organizadoras da vida social, cuja construção se processa socialmente e em cada momento, e se dá a partir das interações cotidianas entre as pessoas. Para Richter et al. (2002), o tempo parece-nos totalmente estruturado e organizado, e cada vez mais, nos regulamos a partir dele. As nossas ações e relações são determinadas pelo tempo cronológico; não realizamos nada sem a noção temporal presente, inclusive em nossas horas liberadas do trabalho.

Conforme Araújo (2012), o tempo, enquanto categoria social, abrange mais dimensões do que aquelas propostas no âmbito estrito do uso de instrumentos de medição, como relógio ou calendário. A estruturação da sociedade e formas de interação social sedimentam-se em pressupostos temporais, que presidem as diversas relações vividas cotidianamente, os mais variados tipos de experiência, incluindo a

duração esperada de uma relação e até o grau de investimento das partes. O tempo social é composto de estruturas objetivas e de modos de relacionamento, e constitui os próprios ritmos do organismo vivo humano:

As transformações nos modos de significação e usos do tempo atingem as estruturas mais profundas da atividade humana e institucional, manifestando-se de múltiplas formas nas tomadas de decisão, na organização e planificação institucional, nas interações e na construção das identidades individuais e coletivas (Araújo & Duque, 2012, p. 8).

Para Araújo e Duque (2012), há convergências entre os/as estudiosos/as do tema quanto a ideia do aumento da velocidade, da multiplicidade e da simultaneidade de tempos e de temporalidades na contemporaneidade.

Este fenômeno é observado por Zimbardo e Boyd (2009), para eles, há uma discrepância entre as temporalidades exigidas no cotidiano e as temporalidades determinadas pelos vários sistemas sociais existentes. A configuração de tempo conhecida pelas sociedades ocidentais é o tempo mecânico, o tempo abstrato do relógio, que entra em colapso quando as pessoas são, instantânea e simultaneamente, solicitadas para a resolução das mais diversas tarefas que perpassam a vida cotidiana.

Neste cenário, Venco (2012) percebe grande participação das tecnologias no aumento destas discrepâncias, tanto no controle sobre o trabalho quanto na dessincronização dos ritmos coletivos da sociedades, antes definidos e separados com clareza. Para a autora, é possível identificar na história, elementos suficientemente contundentes que mostram o quanto o capitalismo, enquanto um sistema de controle de

tempo, se empenha em imprimir maior velocidade aos ritmos de trabalho, em sincronia com o desenvolvimento de tecnologias, o que objetiva a superação de barreiras territoriais pelos sistemas de comunicação. Conforme aponta Cardoso (2009):

Ao olharmos para o tempo de trabalho, um tempo dominante desde a Revolução Industrial, veremos que uma parte deste é mensurável – o tempo do calendário, dos relógios de ponto, dos minutos e dos segundos – e, simultaneamente, outra parte que não é possível ser contabilizada, que é a maneira pela qual cada um vive subjetivamente essas medidas (p. 102).

Alguns autores como Elias (1998) e Dedecca (2008), afirmam que o controle do tempo no âmbito do trabalho é estendido para fora dele, o que revela a dominância do tempo de trabalho. Há uma tensão entre o tempo de trabalho e o tempo destinado à família ou lazer, o que faz com que ao menos um desses tempos seja estrangulado e, ainda, percebido a partir da sucessão institucionalizada de ações que transcorrem de modo controlado e dirigido, ou seja, a partir de convenções sociais.

Posso dizer, ainda, que essa configuração contemporânea de tempo - complexo e acelerado -, torna difícil para a sociedade a delimitação dos espaços entre o tempo de produção e o tempo de reprodução, pois os diversos tempos sociais intercalam posições e demandas situadas na sucessão dos eventos físicos, no movimento da sociedade e no curso da vida privada (Venco, 2012). É a partir dessas interações aprendidas, vivenciadas e/ou instituídas socialmente que as pessoas produzem uma pluralidade de sentidos de tempo.

1.4 Produção de Sentidos no Cotidiano

Para Tolfo, Coutinho, Baasch e Cugnier (2011), encontram-se, na literatura científica, diferentes bases teórico-epistemológicas para tratar da temática da produção de sentidos. Como principais vertentes contemporâneas da Psicologia, as autoras identificam as seguintes abordagens: cognitivista, existencialista, construcionista, de estudos culturais e sócio histórica. Nessa dissertação, o entendimento acerca da produção de sentidos no cotidiano é baseado no referencial do construcionismo social.

O construcionismo social, para Spink e Medrado (2000), compreende o sentido como uma construção social, um empreendimento coletivo e interativo através do qual as pessoas constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta.

A partir do construcionismo, o cotidiano pode ser compreendido como a base material onde as pessoas constroem suas experiências sociais e produzem sentidos. As ações produzidas no cotidiano, no espaço/tempo do aqui e agora, constituem as relações sociais, relações que são sempre historicamente datadas e culturalmente localizadas (Berger & Luckmann, 2004; Spink, 2004).

De acordo com Spink (2010), a perspectiva construcionista considera que tanto o sujeito como o objeto são construções sócio históricas que precisam ser problematizadas e desfamiliarizadas. A

realidade não existe independente do modo como as pessoas a compreendem e, dessa forma, o estudo da produção de sentidos situa-se a partir das práticas discursivas. Para Tolfo et al. (2011), é por meio da socialização, ou seja, a partir das mediações dos sujeitos com o mundo, que se constroem sentidos e identidades.

É fundamental ressaltar que, diante da complexidade e multiplicidade das abordagens que tratam do trabalho como objeto de estudo, torna-se necessário aprender a dialogar com as diferentes matrizes teóricas existentes. É nesse sentido que reconheço as diferenças epistemológicas do construcionismo social e da fundamentação teórica materialista de Karl Marx.

Epistemologicamente, o construcionismo busca superar a dicotomia entre a realidade dos empiristas e a subjetividade dos idealistas. Entende o discurso como ação, como processos relacionais das interações sociais. Dessa forma, as práticas discursivas não se originam nem no mundo interno, nem tampouco no mundo externo aos sujeitos. É justamente nesse afastamento das concepções mentalistas, clássicas da Psicologia, que o construcionismo social se aproxima da perspectiva materialista histórica (Dalmaso & Coutinho, 2010, p. 95).

Conforme Gergen (2009), o discurso sobre o mundo, no construcionismo social, é considerado um artefato de intercâmbio social e não um reflexo ou mapa do mundo. Ainda que as raízes desta matriz teórica possam ser encontradas em debates entre escolas de pensamento empirista e racionalista, o construcionismo busca ultrapassar o dualismo e situar o conhecimento nos processos de intercâmbio social e historicamente construídos.

Em relação à psicologia, por exemplo, a mente - compreendida como um conceito de si mesmo, é removida da cabeça e localizada no

interior da esfera do discurso social. O *locus* explicativo da ação humana muda da região interior da mente para os processos e estruturas de interação humana e as crenças normalizadas convertem-se em alvos de desmistificação. O que se confronta assim são as tradicionais concepções ocidentais de um conhecimento objetivo, individualista e a-histórico (Gergen, 2009). Assim, o construcionismo volta-se para as relações concretamente constituídas e compreende as relações entre as pessoas e os acontecimentos do mundo fortemente remetidos à um tempo e lugar, à história, ao contexto social e à linguagem em uso (Justo, Ferreira, Vasconcelos, 2010).

Para Pinheiro (2004), ao relacionar as práticas discursivas com produção de sentidos, assume-se que os sentidos estão no discurso, o qual faz da linguagem a ferramenta para a construção da realidade. Dar sentido ao mundo é uma força poderosa e inevitável na vida em sociedade, que vai além de uma atividade cognitiva e se constitui como uma prática social dialógica, a qual implica na linguagem em uso (Spink & Medrado, 2000).

A prática de conversar é considerada uma das maneiras por meio das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações que estabelecem no cotidiano (Spink & Menegon, 2004). As conversas entendidas como práticas discursivas, como linguagem em ação, representam modalidades privilegiadas para o estudo da produção de sentido, dado a informalidade das situações que ocorrem.

Ao partir da dúvida radical em relação ao mundo como algo dado, externo as relações sociais, o construcionismo atua como uma

espécie de crítica social, compreendendo o mundo como produto historicamente situado de intercâmbios entre as pessoas. O grau com que uma dada forma de entendimento sobre o mundo prevaleça depende das vicissitudes dos processos sociais e não da validade empírica da perspectiva em questão (Gergen, 2009).

A linguagem, nesse aspecto, assume um papel central, uma vez que são as práticas discursivas as responsáveis pela interação social e pela constituição da realidade, ou ainda, pela produção de sentidos sobre o mundo (Justo et al., 2010).

Para Spink e Medrado (2000), a produção de sentidos, tomada como um fenômeno sociolinguístico, pois é o uso da linguagem que sustenta as práticas sociais geradoras de sentido, busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano, como os repertórios utilizados nessas produções discursivas:

As falas das pessoas sobre suas vivências, nas formas delas compreenderem as questões que envolvem as suas vidas e os seus lugares sociais são os discursos possíveis para o conhecimento dos sentidos. Estes resultam na apropriação singular de conceitos derivados de construções sociais e históricas mediadoras das interações humanas. Deste modo, as narrativas das pessoas são os discursos, elaborados por meio de múltiplos fatores sociais, econômicos, políticos nos quais as pessoas são envolvidas ao longo de suas vidas (Graf, 2007, p. 35).

O sentido é produzido interativamente, não inclui apenas alguém que fala e um outro que ouve, mas todos/as os/as outros/as que ainda falam, ouvem. Isso significa que os sentidos são construídos e compartilhados por diferentes grupos sociais, cristalizados ou institucionalizados e que, ao longo de sua história de vida, o sujeito vai

se posicionando e buscando uma coerência discursiva, recolhendo e processando narrativas (Pinheiro, 2004).

As formas de linguagem e de compreensão negociadas estão integralmente conectadas com muitas outras atividades das quais as pessoas participam e compõem uma parte integral de vários modelos sociais. Servem não só para sustentar e apoiar certos padrões, mas também para exclusão de outros. Assim, as descrições, explicações e narrativas sobre o mundo constituem, elas próprias, formas de ação social (Gergen, 2009).

Entendo que as pessoas lidam não com o sentido de uma palavra ou um conceito que espelha o mundo real, mas com sentidos múltiplos, que as levam a escolher versões entre as múltiplas existentes. Se lida com uma realidade polissêmica e discursiva que é inseparável da pessoa que a conhece (Pinheiro, 2004).

As construções sociais, assim como a produção de sentidos no cotidiano, são processos sempre inacabados, estão em constante processo de criação. É a partir das narrativas que as pessoas tentam expressar essa realidade inacabada. É através da prática de narrar que as pessoas recontam a experiência humana de estar no mundo, apresentando como a experiência foi construída e pensada (Riessman, 2008).

Após a compreensão acerca da construção histórica dos tempos sociais e da produção de sentidos no cotidiano, articulada às discussões teóricas acerca do trabalho contemporâneo e do setor petrolífero

offshore, apresento, a seguir, como foi construído o caminho da pesquisa.

2. CAMINHO DA PESQUISA

Entendo o método como um caminho, como atividade pensante realizada por um sujeito capaz de aprender, inventar e criar “em” e “durante” esse percurso. Conforme (Morin, Ciurana, Motta, 2007), ninguém pode basear um projeto de aprendizagem e conhecimento num saber definitivamente verificado e edificado sobre a certeza. Sendo assim, o rigor de uma pesquisa qualitativa está na explicação minuciosa de todos os passos da investigação e na justificativa das opções feitas pela pesquisadora durante esse percurso.

Em coerência com o referencial construcionista social, compreendo a produção de conhecimento como um processo interpretativo, que não é exterior a quem o produz e o compreende, mas que se transforma a cada nova interpretação por parte do/a pesquisador/a que caminha. Desse modo, considero o construcionismo uma “disciplina interpretativa”, preocupada em compreender os recortes humanos/sociais de significados compartilhados, visando analisar os processos nos quais as pessoas compreendem e dão sentido ao mundo em que vivem (Spink & Medrado, 2004; Gergen, 2009).

Para compreender determinadas práticas sociais, busquei - através da postura construcionista - escapar dos tropeços e escorregões que levariam a um dualismo tradicional sujeito-objeto, percebendo o conhecimento não como algo que as pessoas possuem em si, mas sim algo que produzem juntas nas suas relações cotidianas. As descrições de construções sociais não podem ser, elas próprias, garantidas

empiricamente. Por isso, o construcionismo social não oferece “a verdade” através do método, mas compreende que toda construção linguística, ainda a considerada científica, é orientada e modelada por convenções do discurso historicamente contingente (Gergen, 2009).

Como aponta Spink (2010), embora a pesquisa científica exija eventualmente uma sistematização do levantamento e análise das informações, há uma atitude mais geral do/a pesquisador/a que o/a leva, desde o momento em que ele/a define seus objetivos de pesquisa, a estar “no campo”.

Estar no campo trata-se de uma atitude de pesquisa, significa estar atento aos inúmeros incidentes do cotidiano que podem estar associados ao tema de pesquisa, trazer pistas valiosas sobre o mesmo e, ainda, dar vida e cor à pesquisa, no sentido de apontar o delineamento e execução do projeto propriamente dito (Spink, 2010).

Essa rede complexa de sentidos construída no constante diálogo acerca do tema é denominada por P. Spink (2003) como o campo-tema. A compreensão de campo-tema, utilizada no presente trabalho, esteve presente em todas as etapas da pesquisa. O campo-tema é entendido como um processo, um diálogo debatido e negociado entre o/a pesquisador/a e seu objeto de estudo, e que situa essa constante negociação do cotidiano de pesquisa em determinado tempo e lugar histórico. Assim, as aproximações e conversas com o campo foram pensadas como formas constantes de interpretar e conduzir os passos da pesquisa.

Uma vez apresentados os aspectos teóricos que embasam a dissertação, apresento, a seguir, os caminhos percorridos durante o levantamento e análise das informações.

2.1 Estudo exploratório

Segundo Minayo (2008) antes de se iniciar o trabalho de campo propriamente dito é fundamental realizar uma etapa exploratória. Essa fase compreende a reflexão sobre a proposta teórica da pesquisa, a construção de estratégias de entrada no campo; o que permite ao/a pesquisador/a olhar, compreender e a partir de critérios coerentes e convenientes, construir seu próprio projeto de pesquisa, que busque assegurar o êxito do trabalho e justifique porque o/a pesquisador/a optou por tais caminhos e não outros.

Desse modo, desde o começo da pesquisa foram levantadas informações sobre os/as trabalhadores/as *offshore*, juntamente aos estudos sobre o trabalho contemporâneo, a construção social das temporalidades e a produção de sentidos.

As primeiras aproximações com o campo ocorreram ainda durante a construção do projeto, quando realizei contatos, via e-mail e telefone, com uma empresa estrangeira de produção de petróleo

localizada na cidade de Angra dos Reis – RJ¹⁴. O contato com a empresa foi possível por meio de um amigo que trabalhou para uma prestadora de serviços da empresa.

Conheci vários/as trabalhadores/a e também o estaleiro desta empresa, onde eram realizadas algumas obras da mesma. Em contato com Sérgio¹⁵, gerente de Recursos Humanos, ficou acertado que após a aprovação do projeto no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH – UFSC), eu iria embarcar em uma plataforma da empresa para realizar observações e entrevistas.

Porém, alguns meses depois houve um acidente em um navio de petróleo que estava sendo reparado no estaleiro da empresa, um funcionário faleceu e outra dezena de trabalhadores/as ficaram feridos/as. Os contatos com a empresa se estenderam de julho de 2012 até fevereiro de 2013. Após essa data, não tive mais retorno algum da empresa, o que me fez realizar um novo movimento em busca de outro campo para a realização da pesquisa. Com essas primeiras aproximações e, a partir da sugestão de alguns/as trabalhadores/as, foi possível estabelecer o critério de realizar as entrevistas fora das plataformas, pois eles/as relataram que não se sentiriam a vontade para falar devido a grande vigilância da chefia nas plataformas.

¹⁴ Além deste contato, conversei com uma funcionária de uma empresa estrangeira localizada na cidade do Rio de Janeiro, a qual me esclareceu muitas coisas sobre o mundo *offshore*, e são apresentadas de forma geral na contextualização do campo.

¹⁵ Nome fictício.

Durante os meses de fevereiro até junho de 2013, continuei realizando contatos com diversas empresas e trabalhadores/as - inclusive com a área de Recursos Humanos da Petrobrás -, para conseguir embarcar em alguma plataforma de petróleo. Porém, não consegui autorização de nenhuma empresa. De acordo com Zago (2003), o trabalho de campo dificilmente acontece conforme planejado e, portanto, está em constante processo de construção.

Anterior à entrada no campo propriamente dito, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (Ver Anexo B) conforme as exigências dos procedimentos éticos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde, em especial atendendo a Resolução 196/1996¹⁶.

No mês de junho de 2013, retomei minhas viagens ao Rio de Janeiro após marcar uma entrevista exploratória com um trabalhador *offshore* que reside na cidade do Rio de Janeiro e embarca por Macaé – RJ; esta possibilitou reflexões e mudanças no roteiro de entrevista (Ver Apêndice C). Realizei uma entrevista com a psicóloga de uma empresa privada de Macaé –RJ e participei de uma reunião com professores/as da Universidade Federal Fluminense, os/as quais me orientaram a procurar o Sindipetro-NF (Sindicato do Norte Fluminense) e realizar a pesquisa na cidade de Macaé/RJ. Após estes contatos, procurei o Sindipetro–RJ¹⁷, onde realizei uma entrevista (Ver Apêndice D) com um dos

¹⁶ Em vigência quando realizada a submissão do protocolo de pesquisa.

¹⁷ (Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Próprias e Contratadas na Indústria e no Transporte de Petróleo, Gás, Matérias-primas, Derivados,

diretores gerais, o qual me apontou questões gerais sobre o trabalho *offshore* no Brasil, também me orientou a ir até Macaé/RJ e, ainda, me concedeu uma autorização para realizar entrevistas com trabalhadores/as.

Após esses contatos, considerei as orientações dos informantes e optei por ir até a cidade de Macaé/RJ. A seguir, aponto alguns aspectos sobre o procedimento de levantamento das informações e logo, apresento uma breve contextualização da cidade de Macaé/RJ e dos participantes da pesquisa.

2.2 Procedimento de levantamento das informações

O principal instrumento utilizado para o levantamento das informações foi a entrevista. Conforme Zago (2003), a entrevista é compreendida como parte do processo de construção do objeto de estudo e não apenas como uma técnica.

Para tanto, utilizei a entrevista compreensiva, apontada por Zago (2003) como um processo que necessita da proximidade entre o/a pesquisador/a e o/a informante, que não tem uma estrutura rígida e, por isso, possibilita ao/à pesquisado ou pesquisada uma fala livre sobre a vida.

Na entrevista compreensiva, o/a pesquisador/a parte da entrevista para problematizar um contexto social. Dessa forma, as questões previamente definidas podem sofrer alterações conforme o direcionamento que se quer dar à investigação, pois a riqueza das respostas está diretamente ligada ao interesse que os temas e o desenvolvimento da entrevista significa para a pessoa (Zago, 2003).

As entrevistas foram conduzidas a partir de eixos temáticos (Dados de identificação, Trajetória Profissional, Embarque, Tempo Livre embarcado, Tempo Livre em terra). Dois roteiros foram utilizados para a realização das entrevistas: um para os/as trabalhadores/as *offshore* e outro para os/as dirigentes sindicais (Ver Apêndice B e C). Durante o processo das entrevistas, o roteiro não foi seguido rigidamente, pois os/as entrevistados/as remetiam-se a diversos aspectos para além dos temas das questões elaboradas, uma vez que os mesmos apresentam um carácter indissociável na vida dos/as entrevistados/as.

Embora não tenha realizado as observações em plataformas, as informações secundárias foram produzidas a partir das observações realizadas na cidade de Macaé/RJ. Segundo Zago (2003), a observação é vinculada a entrevista, especialmente quando o/a pesquisador/a tem a possibilidade de ir ao encontro dos/as participantes nos seus locais de circulação. No caso, a possibilidade de ir ao encontro de trabalhadores/as *offshore* possibilitou conhecer outras dimensões que não são compreendidas nas entrevistas. Todas as observações foram registradas em diário de campo, sem nenhuma forma de sistematização das anotações ter sido determinada a priori.

Conforme Sato e Souza (2001), deve conter no diário de campo tudo aquilo que o/a pesquisador/a presencia em suas caminhadas durante a pesquisa. Desde impressões e indagações até o que não parece fazer sentido. As conversas do cotidiano permeiam as mais variadas esferas de interação social. Pelo fato de serem consideradas corriqueiras, é difícil pensarmos sobre a riqueza e as peculiaridades que podem estar presentes nessa forma de comunicação (Spink e Menegon, 2004). Desse modo, não utilizar uma sistematização é uma boa escolha, pois esta pode levar o/a pesquisador/a menosprezar uma série de acontecimentos e a revelar apenas o que parece se aproximar da ideia inicial, não deixando o/a investigador/a captar as riquezas do campo (Sato e Souza, 2001).

Antes das entrevistas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Ver Apêndice B), foi lido junto com cada participante, oportunidade para todos os esclarecimentos sobre a pesquisa. Após a leitura, uma vez que estivesse de acordo em fazer parte da pesquisa, o/a participante assinava o TCLE. Os únicos critérios estabelecidos previamente para realização das entrevistas foram que os/as trabalhadores/as *offshore* deveriam ter, no mínimo, 1(um) ano de embarque em plataforma de petróleo marítima e ainda estar embarcando.

2.3 Contexto e participantes da pesquisa

Como apontado nos capítulos anteriores, a indústria petrolífera brasileira sofreu um processo de intensificação da terceirização, o qual gerou muitas transformações no trabalho e na vida dos trabalhadores/as,

e seu avanço aconteceu em demasia no setor *offshore* da Bacia de Campos (Figueiredo, 2012).

Para Ribeiro e Sales (2010), desde o final dos anos 1970, a principal região produtora do petróleo no Brasil é a Bacia de Campos. A Bacia de Campos é uma área sedimentar que se estende de Vitória/ES a Arraial do Cabo/RJ, e contempla uma área de aproximadamente 100 mil km² (Figueiredo, 2012; Clemente, 2012).

Para Clemente (2012), é na cidade de Macaé, região específica da Bacia de Campos, onde é possível observar uma vida social totalmente marcada por experiências ligadas ao trabalho *offshore*, ainda, onde todas as empresas de petróleo, principalmente as estrangeiras ligadas ao pré-sal, têm escritório.

Clemente (2012) coloca que é na cidade de Macaé que se encontra o maior tráfego de helicópteros do mundo. Percebe-se, pela movimentação intensa no céu, que é uma cidade movida pela exploração *offshore* do petróleo, como a autora relata a seguir:

É um leva e traz de passageiros às plataformas e navios-sonda instalados no mar. Todo dia é isso, de domingo a domingo, no céu o movimento frenético dessas aeronaves. Lá, de vez em quando, passa um avião, mas o céu não fica nem uma hora livre (Clemente, 2012, p. 165).

A cidade também é marcada por uma extrema desigualdade: de um lado, bairros floridos, com restaurantes e prédios arranha-céus, condomínios e hotéis de frente para o mar. De outro, a cidade abandonada, calçadas sujas, com claro descuido e falta de investimento. Além disso, outra característica marcante da cidade são os vários

estabelecimentos voltados ao entretenimento, de quem vai passar apenas algumas horas na cidade e mesmo daqueles/as que resolvem gastar o que ganharam em dias de trabalho embarcado (Clemente, 2012).

Ao caminhar pela cidade foi possível perceber todos estes aspectos apontados por Clemente (2012). Nos meses de junho a agosto, foi neste contexto onde transitei por algumas semanas e pude realizar as entrevistas com os/as trabalhadores/as *offshore*. Primeiramente, em contato com o Sindipetro-NF, realizei entrevistas com 2 diretores e 1 diretora do sindicato, os/as quais trouxeram aspectos específicos sobre as experiências que tiveram como *offshore* e funções específicas no sindicato e, ainda, um funcionário que acompanhou toda história do sindicato desde o seu começo.

O Sindipetro-NF me recebeu, disponibilizou materiais sobre diversas questões do trabalho *offshore* na Bacia de Campos, me apresentaram ao aeroporto de Macaé e, ofereceram seus espaços para a realização das entrevistas. Todos os dias, no turno noturno ou diurno, fiquei observando e a grande quantidade de trabalhadores/as *offshore* que ali passavam. Conversei com muitos/as trabalhadores/as e foi nesse espaço onde realizei entrevistas com três trabalhadores *offshore*. Cabe ressaltar que na Bacia de Campos existem diversos sindicatos representantes dos/as trabalhadores/as *offshore*: Sindipetro NF (integrante da Federação Única dos Petroleiros – FUP), o Sinditob (Sindicato dos trabalhadores *offshore* do Brasil – representa os terceirizados), o Sindithop (Sindicato dos trabalhadores de hotelaria de plataforma), o Sindipicc (Sindicato dos trabalhadores em pintura e construção civil) e o Sindicato dos Metalúrgicos de Macaé. A partir das

indicações dos informantes, da facilidade do acesso e da abertura do Sindipetro NF, o mesmo foi escolhido para a realização da pesquisa.

Outro sindicato o qual entrei em contato foi o Sinditob¹⁸. Porém neste espaço não consegui marcar nenhuma entrevista ou reunião com os/as dirigentes, pois alegaram estar com a agenda lotada para as próximas semanas. Ainda assim, transitei alguns dias pelo sindicato e consegui o contato de um trabalhador com o qual realizei uma entrevista.

O heliporto de Macaé serve tanto para transportar trabalhadores/as da Petrobrás como trabalhadores/as de empresas privadas. No aeroporto, local onde foram realizadas outras 6 entrevistas, dentre elas 2 mulheres e 4 homens, pude perceber um ambiente que revela parte significativa das experiências destes/as trabalhadores/as. Como afirma Clemente (2012)“os momentos de embarque guardam uma riqueza etnográfica, pois se sente certa tensão entre os trabalhadores”(p. 166). Foi lá onde observei o quanto o momento do pré-embarque é um momento de tensão para os/as trabalhadores/as. A maioria deles/as chegam muito tempo antes da hora do embarque, para garantir que não percam seus voos. O semblante triste e o olhar distante são aspectos percebidos em todos/as trabalhadores/as.

Foram realizadas, no total, 17 entrevistas. Dentre elas, foram consideradas entrevistas complementares por não se enquadrarem no critério de ter 1 ano de embarque e ainda estar embarcando. A saber: 1 diretor do Sindipetro-RJ, 1 psicóloga de uma empresa privada de

¹⁸ Também apresentado no Capítulo I.

Macaé, 1 funcionário do Sindipetro-NF, 2 diretores e 1 diretora do Sindipetro-NF e 1 trabalhador *offshore* com o qual foi realizada uma entrevista exploratória e que possibilitou algumas mudanças no roteiro de entrevista, utilizado nas entrevistas seguintes.

As demais 10 entrevistas foram realizadas com 8 homens e 2 mulheres, todos/as trabalhadores/as *offshore* que embarcam há, no mínimo, 1 ano. Dada a quantidade excessiva de material e o tempo reduzido para se efetuar a análise, selecionei 6 entrevistas para efetivar a análise em profundidade, sendo as outras 4 entrevistas também consideradas como complementares. A escolha das 6 entrevistas se pautou em critérios de diversidade entre os/as entrevistados/as, a saber: ser terceirizado/a ou ser da Petrobrás; ser homem ou mulher; ter menor e/ou maior tempo de embarque e ter variedade de funções (cargos). Com esse critério, dos/as 10 entrevistados/as, 6 se encaixaram nos critérios estabelecidos. A seguir apresento uma breve síntese de cada entrevistado/a:

Tabela 1 –Caracterização dos/as entrevistados/as

Nome ¹⁹	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Petrobrás ou Terceirizado/a	Cargo	Tempo de Embarque	Duração das Entrevistas
Walter	50	Diversos Cursos Técnicos	Casado	Terceirizado	Bombeiro, Torrista, Plataformista e Auxiliar de Plataforma	17 anos	35min
Gustavo	29	Engenheiro Mecânico	Solteiro	Terceirizado	Coordenador de Equipes (Operador de Produção)Comissária de Bordo	anos	1h40min
Marília	30	Nutricionista	Solteira	Terceirizada	Operadora de Produção	2 anos	46min
Patrícia	35	Economista	Divorciada	Petrobrás	Auxiliar Administrativo	10 anos	1h23min
Tiago	32	Advogado	Casado	Petrobrás	Inspetor de Ultrassom	10 anos	56min
Rafael	59	Engenheiro, Advogado	Divorciado	Petrobrás		33 anos	1h

Em relação às atividades e aos cargos dos/as trabalhadores/as nas plataformas, cada entrevistado/a possui suas particularidades e diferentes funções no trabalho. A fim de uma breve ilustração para conhecimento, apresentado a seguir o relato de cada entrevistados/as:

Tenho quatro funções no mercado de trabalho, quer dizer, na parte petrolífera, sou bombeiro, plataformista, que é quando controlo e faço manutenções mais gerais da plataforma, torrista²⁰ e auxiliar de

¹⁹ Todos os nomes dos/as entrevistados/as são fictícios

²⁰Torristas desempenham grande parte das suas funções no alto das torres de perfuração das plataformas, verificam as operações em andamento e executam tarefas a fim de acelerar outras operações correlatas, detectam

plataforma. [...] Como sou formado nessas quatro áreas, entendeu? Aí o que acontece? Tanto faz, eu embarco em uma área ou em outra (Walter).

Meu trabalho tem muito a ver com o ambiente da coordenação, do gerente da plataforma lá, da plataforma em si. Sou técnico administrativo, por isso sou responsável pela parte de atualização e envio de relatórios para a Petrobrás (Tiago).

Sou operadora de produções. Aí, é.. tem a sala de controle e tem a área né? Dentro da área existem vários postos de trabalho, que lá tem, é dividido por óleo, gás, água, tem quem cuida de todo processo da água, todo processo do óleo, do gás, e produto químico [...] operando esses processos todos aí (Patrícia).

Sou comissária de bordo, eu fico sempre no casario, né? Lá eu acho que são 7 andares e eu tenho que verificar todos os andares, o pessoal da minha equipe cuida de limpeza de turno, de todos os andares, mesa, arrumação, lavanderia, aí de todos, o meu ambiente de trabalho é esse (Marília).

Enquanto tá acontecendo o trabalho, tem equipe que controla o robô, tem equipe que opera o guindaste, tem outra equipe que opera outro equipamento, então tem que ter alguém chefiando todas essas equipes, pra fazer a informação circular, fazer o trabalho acontecer de forma sincronizada, e então eu sou essa pessoa (Gustavo).

Eu sou inspetor de ultrassom, de soldas, chapas, cuido pra sair tudo bonitinho, quando tem trinca, poros, essas coisas, e tem que cuidar cada detalhe de bolsas de gás, laminações, e por aí vai (Rafael).

2.4 Procedimento de Análise das Informações

Ao longo da história de vida de cada sujeito, o mesmo vai se posicionando, recolhendo e processando narrativas (Pinheiro, 2004).

variações nos tanques de armazenamento, acionam motores, registram as operações, enviam formulários, entre outras (Orlando, 2009).

Para Spink e Lima (2000), durante todo o percurso da pesquisa estamos imersos em um processo de interpretação, concebido no construcionismo como um processo de produção de sentidos. O sentido é o meio e o fim da tarefa de pesquisa, ou seja, é a interpretação tomada como circular e inacabada, como atividade-meio, na qual o/a pesquisador/a busca entender eventos à luz de categorias, hipóteses e informações contextuais variadas.

O diálogo travado com as informações elegidas como nossa matéria prima de pesquisa nos impõe a necessidade de dar sentido: conversar, posicionar, buscar novas informações, priorizar, selecionar; são decorrências dos sentidos atribuídos aos eventos que compõem o nosso percurso de pesquisa (Spink & Lima, 2000).

O procedimento de análise do material, fundamentado no Construcionismo Social, iniciou-se com uma imersão no conjunto de informações levantadas, procurando deixar aflorar os sentidos, sem encapsular os materiais em categorias, classificações ou tematizações definidas *a priori* (Spink & Lima, 2000).

Para Spink e Lima (2000), na atividade da pesquisa, há um confronto possível entre os sentidos construídos no processo de pesquisa e de interpretação e aqueles decorrentes da familiarização prévia com o campo de estudo e das teorias de base. É partindo deste confronto inicial que emergem as categorias de análise.

A organização e análise do material foram baseadas na análise temática de narrativas, que, de acordo com Riessman (2008), busca investigar principalmente qual o conteúdo que a narrativa comunica.

Para a autora, a fundamentação teórica elegida previamente, serve de recurso interpretativo do material narrativo analisado. Ainda, a mesma sugere algumas questões para servirem de guia para a análise: como essa história é construída? O que diz o texto? Pra quem diz?

A formação de uma narrativa implica a imposição de certos padrões significativos sobre coisas aleatórias e desconexas. As narrativas, sendo elas orais, visuais ou corporais, revelam as construções sociais e expressam os fenômenos do mundo social dos sujeitos em relação. Por meio de suas narrativas os sujeitos produzem sentidos no cotidiano, os quais se articulam com contextos históricos e sociais mais amplos. As narrativas produzidas em uma entrevista são também constitutivas de fenômenos sócio históricos específicos (Bruschi & Guareschi, 2007, Riessman, 2008).



Durante a análise de narrativas, o/a próprio/a pesquisador/a encontra-se em constante processo de reinterpretação das informações, pois os materiais trabalhados são aqueles que refletem os interesses do/a pesquisador/a, suas próprias formulações e linguagens em temas, tópicos e relatos que surgem durante a narração trazida pelo/a informante. Assim, o primordial em uma análise de narrativas é fazer essa leitura/interpretação ancorando questões que problematizem e desnaturalizem, fazendo uso da própria linguagem do entrevistado em constante diálogo com a literatura existente (Bruschi & Guareschi, 2007, Riessman, 2008).

Desde o levantamento das informações, fui registrando tudo em diário de campo. As entrevistas foram sendo transcritas no decorrer

destas idas ao campo até um momento posterior. Durante o processo de transcrição já fui realizando leituras sobre as informações levantadas, tanto das entrevistas transcritas quanto dos registros feitos em diário de campo, os quais foram lidos diversas vezes. Para efetivar a análise, priorizei as informações geradas a partir das entrevistas realizadas com os/as trabalhadores/as *offshore*, onde foi possível organizar as narrativas em temáticas e articulá-las com as proposições teóricas, refletindo o problema de pesquisa e os objetivos específicos, conforme apontado por Riessman (2008).

Essa organização ocorreu em três momentos. Primeiramente, diversos temas emergiram de leituras e releituras cuidadosas das narrativas dos/as entrevistados/as e foi possível identificar e organizar diversas temáticas. Num segundo momento realizei uma síntese de todas as temáticas identificadas refletindo com os materiais que encontrei na literatura. Já no terceiro momento, foi possível consolidar dois eixos de análise, os quais abarcaram os *tempos lá*, os aspectos que compreendem a vida dos/as trabalhadores/as quando estão embarcados/as nas plataformas de petróleo e, os *tempos cá*, os aspectos que compreendem suas vidas em terra. Na tabela 2 constam três colunas que ilustram esses três momentos e, as temáticas identificadas e organizadas.

Tabela 2 – Organização das temáticas

1º Momento	2º Momento	3º Momento
Trajetória Profissional Mundo offshore Privatização Terceirização ²¹		
Descolamento para o trabalho Período de adaptação na plataforma Ajustes dos horários das equipes Funções no trabalho Sobre o trabalho em turnos Camarotes e Banheiros Alimentação e Refeitórios Espaços oferecidos nas plataformas Tempo liberado do trabalho nas plataformas Relacionamento com os colegas Comunicação com a família Confinamento Acidentes/procedimentos Sentimentos próximos ao desembarque(TPD)	Confinamento Cotidiano de trabalho <i>offshore</i> Jornada de trabalho e turnos de revezamento Procedimentos rotineiros, de segurança e Riscos de Acidentes Relações de trabalho Tempo liberado do trabalho nas plataformas Atividades realizadas nas plataformas Espaços oferecidos nas plataformas Sentimentos pré-desembarque	 Tempos lá
Sentimentos próximos ao embarque (TPE) Período de adaptação na volta pra casa Relacionamento com a família Relacionamento com os/as colegas em folga Sentimentos sobre a folga Tempo liberado do trabalho em terra Mudança na data de embarque Sobreaviso	Tempo liberado do trabalho em terra Cotidiano em terra Período de adaptação Relacionamento com a família Relacionamento com os/as amigos/as Sentimentos sobre a folga Sentimentos pré-embarque	 Tempos Cá

²¹ Os aspectos referentes ao setor petrolífero e ao trabalho *offshore* em geral são abordados nos capítulos teóricos.

Nos próximos capítulos, a partir das narrativas dos sujeitos entrevistados, das informações registradas em diário de campo e do diálogo constante com a literatura, busco apresentar as análises das narrativas com o objetivo de mostrar um pouco do movimento constante realizado pelos/as trabalhadores/as *offshore*, de idas e vindas, ou seja, desde o momento em que saem de suas casas para se deslocar até o local de trabalho, passando por alguns aspectos inerentes ao cotidiano do trabalho a bordo, até alguns outros aspectos vivenciados nos seus períodos de folga na terra.

É necessário esclarecer que a divisão em itens se dá apenas de maneira didática, uma vez que facilita o processo da análise e a exposição dos resultados, pois estes são aspectos de uma mesma realidade que compõem o cotidiano dos/as trabalhadores/as como um todo e serão trabalhadas de maneira conjunta, inter-relacionada, em todos os momentos da discussão das informações.

3. “TEMPOS LÁ”: OS TEMPOS DE TRABALHO

Para compreender como os/as trabalhadores/as embarcados/as produzem sentidos sobre seus tempos de trabalho e de não trabalho, é necessário refletir sobre as configurações específicas de seus regimes de trabalho, levando em conta as seguintes especificidades: confinamento \times trabalho \times tempo. O tempo das pessoas, dos grupos ou das instituições estão entrelaçados e dependem um dos outros e das dinâmicas temporais que lhe são inerentes. Toda sociedade é constituída de processos e dinâmicas que possuem durações e temporalidades próprias (Araújo, 2012).

Assim, a condição do confinamento/isolamento é entendida como um eixo central para pensar o tempo de trabalho e o tempo liberado do trabalho para estes/as trabalhadores/as, já que seus tempos sociais são vivenciados, intercaladamente, nas plataformas marítimas quando estão em regime de trabalho.

3.1 O confinamento

O espaço confinado é definido por Serrão, Quelhas e Lima (n. d.), como um volume fechado por paredes e obstruções. O trabalho em espaço confinado significa restrições para movimentação, acesso e resgate de pessoas. Conforme coloca Figueiredo (2012), devido ao

confinamento, os/as petroleiros/as ficam pelo menos quatorze dias ininterruptos em contato com os problemas e questões relativas ao trabalho. Para o autor, a residência destes/as trabalhadores/as durante esse período é confundida com o local de trabalho, pois eles/as se encontram neste mesmo espaço o tempo todo.

Essa experiência de estar no mesmo local no tempo de trabalho e no tempo liberado do trabalho, por um período prolongado, é uma experiência de viver num imaginário “território de ninguém”, o que produz nos/as trabalhadores/as um sentimento de existência de outro mundo. Esse território, dividido e ocupado pelos/as colegas de trabalho, longe da família e da vida em terra, é o mundo dedicado somente ao trabalho, ao tempo da produção. O outro mundo é o mundo da posse de um “outro eu”; pois é o eu dedicado à família e o eu dos outros tempos sociais que são impossíveis de serem vivenciados no período de embarque (Clemente, 2012).

A pessoa vai embarcar e tem que focar no trabalho, se não você fica doído, só quer descer, tudo te irrita. Foi uma forma que eu achei, assim: embarcou, você muda o botão, né? Como se pudesse fazer (risos). Trabalho, só trabalho. Quando desce, troca de novo o botão, em terra é em terra, desliga do trabalho, é família (Tiago).

A condição de continuar no mesmo espaço de trabalho durante os quatorze dias ininterruptos resulta em uma não dissociação do espaço e exercício laboral e espaço e exercício das atividades pessoais. As vivências temporais, tanto no tempo do trabalho quanto no tempo liberado do trabalho resultam em uma relação espaço-tempo que tem

efeitos sobre os/as trabalhadores/as/as embarcados/as, o qual pode ser denominado como “efeito totalizante” (Lociser, 1994²²).

Figueiredo (2012) aponta, ainda, que os embarques sucessivos, os turnos longos, o descanso insuficiente e entrecortado, como observado nos relatos dos/as entrevistados/as, desencadeiam sentimentos de ansiedade e estresse, como narrado a seguir:

Ah, bem estressante, é bem estressante, é muito diferente o estresse que a gente tem quando sabe que a gente tá confinado. Eu acho assim, as emoções, tudo é muito ruim, muda. Tudo é muito intenso. Assim, todo mundo fala que quem embarca fica doido, porque as sensações lá que a gente tem são tudo mais a flor da pele, não é uma coisa que, quando alguém fala alguma coisa que tu não gosta, se eu tivesse em terra é uma coisa, lá é gravíssimo, é uma ofensa, mas eu acho que é pela jornada de trabalho, né? Doze horas né? É pelo estresse de estar confinado, de não ter lazer, de não ter nada.(Marília)²³

Para Leite (2009), outro derivado do confinamento é o sentimento de prisão vivenciado pelos/as trabalhadores/as, que acomete a todos e todas indiscriminadamente. Este sentimento foi relatado por todos/as os entrevistados/as da pesquisa, conforme podemos observar no relato de Gustavo:

Ou curte muito esse regime de trabalho, ou detesta, não quer mais trabalhar dessa forma, se sente preso lá. Porque o trabalho offshore, você tem duas formas gritantes de trabalhar. Ou você se vê como preso, numa prisão durante seis meses do ano; ou você se vê livre durante seis meses do ano. Você pode enxergar de duas

²² A expressão “efeito totalizante” é uma adaptação feita por Clemente (2012) para se referir, especificamente, aos trabalhadores e trabalhadoras *offshore*. Porém esta expressão é do autor Lociser (1994) o qual se refere a um estudo realizado numa fábrica.

²³ Os trechos em itálico correspondem as falas dos/as entrevistados/as e os nomes são todos fictícios.

formas, é muito oito ou oitenta, né? Então, dependendo da fase da vida, né, o cara enxerga como seis meses de folga. Em determinadas fases da vida o cara começa a enxergar como seis meses de prisão. E tem uma série de benefícios e problemas.

A condição de estarem confinados/as e sentirem-se presos/as, por um longo período de tempo no local de trabalho, reflete uma relação direta na maneira como vivenciam e produzem sentidos sobre os outros tempos sociais. Conforme coloca Leite (2009), estar confinado é estar “*off* da vida social”²⁴. Para Figueiredo (2012), cria-se um deslocamento social que se repercute na relação com os/as amigos/as, vizinhos/as, parentes, enfim, o confinamento é uma condição de trabalho que afeta o convívio social e a vida afetiva dos/as embarcados/as.

É nesse cenário que os/as embarcados/as, de acordo com Castro e Vinagre (2009), concebem o tempo de forma paralela, ou seja, além da condição de confinamento – durante o tempo de embarque - todo o tempo de trabalho é percebido com uma intensidade “avassaladora”, de maneira “penosa”²⁵, ou seja, os/as trabalhadores/as atribuem ao tempo em que se encontram embarcados/as um sentido de tempo dedicado totalmente e somente ao trabalho, desvinculados/as do tempo da família, do tempo dos/as amigos/as, do tempo do lazer e de quaisquer outros tempos e atividades sociais externas as plataformas marítimas, o que intensifica os sentimentos e as formas de se relacionar durante todo período de embarque.

O ambiente de alto risco, a insalubridade, a jornada exaustiva de doze horas de trabalho e os turnos de revezamento, aspectos que serão

²⁴ Expressão utilizada por Leite (2009, p. 123-127).

²⁵ Expressão utilizada pelo autor.

abordados no próximo item, somados ao descanso insuficiente e entrecortado e ao sentimento de prisão derivado do confinamento, são aspectos que fazem os/as trabalhadores/as *offshore* perceberem seu trabalho de maneira intensa, cansativa e incômoda. Assim, o trabalho *offshore* se configura como um contexto de trabalho que gera sofrimento aos trabalhadores/as e estes atribuem aos seus trabalhos o sentido de penosidade. Sato (1993) afirma que o trabalho penoso “diz respeito aos contextos de trabalho geradores de incômodo, esforço e sofrimento físico e mental, sentido como demasiados, sobre os quais o trabalhador não tem controle” (p, 197).

3.2 Cotidiano de trabalho offshore

3.2.1 Jornada de trabalho e turnos de revezamento

Durante os quatorze dias embarcados/as, a maioria dos/as trabalhadores atua em regime de doze horas de trabalho e doze horas de folga, em dois turnos de revezamento, sendo que na primeira semana, as doze horas são cumpridas no turno diurno e, na segunda semana, no turno noturno. Para alguns/as trabalhadores/as, independente da modalidade de turnos estabelecida, eles/as cumprem um regime de sobreaviso, ou seja, permanecendo de prontidão durante todo o tempo em que se encontram embarcados/as (Freitas, C. M., Souza, C. A. V., Machado, J. M. Huet & Porto, M. F.S., 2001).

Para Figueiredo (2012), o revezamento contínuo qualifica esse regime de trabalho como turno ininterrupto de revezamento (TIR). Nesse caso, o limite da jornada, a partir da Constituição Federal de 1988 (artigo 7º, inciso XIV), passou a ser de seis horas. Na Bacia de Campos, localidade de trabalho de todos/as entrevistados/as, por via de acordo coletivo, o sindicato dos petroleiros negociou jornadas de doze horas durante os quatorze dias e o desembarque no 15º; seguido de mais vinte dias de folga (14x21 para trabalhadores/as da Petrobrás)²⁶, já em relação aos/às trabalhadores/as terceirizados/as, o regime estabelecido é quatorze dias embarcados e quatorze dias em folga (14x14).

Os horários de embarque e desembarque dependem das condições meteorológicas, as quais, quando desfavoráveis, atrasam ou até cancelam os voos da/para as plataformas, até que as condições atmosféricas permitam a chegada dos voos com as equipes que irão substituir os/as que estão trabalhando (Figueiredo, 2012). Nestas situações, as equipes se organizam entre si para garantir a continuidade das operações e também a possibilidade de descanso anterior ao trabalho para quem está chegando. Esse processo foi descrito detalhadamente por Gustavo:

²⁶ Na época em que se realizavam as negociações de jornada, o sindicato (Sindipetro NF), com base em pesquisa de opinião junto aos trabalhadores *offshore* da Bacia de Campos, apresentou três alternativas de jornadas em ordem de prioridade: 7x14, 10x20 e 14x28 (Figueiredo, 2012). Segundo Pessanha (1994), o argumento estava baseado na ideia de que, com o aumento do desgaste após o 10º dia de confinamento, havia uma tendência à deterioração das relações interpessoais a bordo. Portanto, sabendo que a redução do período de embarque exigiria um contingente maior de trabalhadores, além de intensificar o tráfego aéreo e elevar os custos de produção, foi estabelecido o regime de 14x21 (Figueiredo, 2012).

É o que a gente chama de dobradinha (risos). Não é um prato de comida (risos). É uma acomodação dos horários, porque o voo é uma coisa que às vezes leva mais tempo, às vezes não. Às vezes atrasa, então não dá pra prever. Então a gente tem que dar um jeito lá nas nossas horas de trabalho pra pessoa que vai chegar, pra ela descansar um pouco antes de começar o trabalho. Então, o turno é de doze horas, né? Então a equipe que começou meia noite, vai trabalhar até seis horas da manhã. Às seis horas da manhã pega a outra equipe, que estava descansando, que largou meia noite e entra no turno pra render essa equipe. Essa equipe que começou meia noite e trabalhou até seis horas da manhã vai pro camarote.... Então, acontecendo a troca, ou seja, voo chegando... A gente acomoda os horários, resumindo tudo, todo mundo se sacrifica um pouco pra poder a coisa se ajustar.

É somente após a chamada “dobradinha” que os/as trabalhadores/as entram em sua escala de trabalho de doze horas. É importante lembrar que existem diferentes configurações de jornadas e turnos, e também de “dobradinhas”, as quais variam de acordo com as atividades/funções específicas de cada cargo e, ainda, de empresa para empresa.

No caso dos/as trabalhadores/as entrevistados/as, pôde-se constatar que quatro apresentaram uma escala de turnos fixa, cada uma com suas especificidades, relacionadas às funções exercidas, ilustrado seguir:

Meu turno é de doze horas de trabalho, é das sete da manhã as dezenove e das sete da noite às sete da manhã. E tem alguém que me substitui a bordo, né? Meu back[expressão do entrevistado], enquanto eu estou trabalhando essa pessoa tá dormindo, tá, sei lá, na academia, vai ler, vai ver um filme, vai fazer o que ela quiser. (Gustavo)

Eu acho assim, eu trabalho das seis às dezoito, mas lá tem vários turnos, têm de seis às dezoito, dezoito as seis, de meio dia a meia noite, de meia noite a meio dia, são quatro turnos diferentes. Mas por eu ser comissária eu não tenho back, né? No caso, eu

trabalho por doze horas, todo mundo lá é no turno de doze horas, mas eu não tenho uma pessoa pra me render doze horas. Então acaba se estendendo minha jornada, eu trabalho demais, eu não tenho nem tempo de pensar muita coisa. Ah, e eu estou presa lá, é muito trabalho, muito trabalho. (Marília)

Essa configuração de doze horas de trabalho diário/noturno é encontrada na maioria das unidades de exploração e produção, apesar de, como dito anteriormente, os horários dos turnos se diferenciarem de unidade para unidade.

Em relação à expressão “back” utilizada por Marília e Gustavo, esta é uma terminologia empregada no setor que designa o/a trabalhador/a com o/a qual se estabelece a alternância entre alguém que está embarcado/a e outro/a que se encontra em terra e vice-versa (Figueiredo, 2012). Nesse caso, observou-se que essa terminologia foi utilizada pelos/as entrevistados/as para designar os/as colegas que substituem o posto de trabalho durante o mesmo embarque.

Como visto, no caso de Marília, não há nenhum(a) “back” a bordo para substituí-la nas suas doze horas de folga. Sendo assim, acontece o que Figueiredo (2012) considera de “regime de sobreaviso”, ou seja, ao não ser rendida por outro/a trabalhador/a, sua jornada de trabalho se estende por conta de demandas vinculadas as suas atividades específicas, ou seja, “para isso, basta que sua presença na área seja indispensável, ou que haja necessidade premente de contatá-la para dirimir alguma dúvida ou tomar-se alguma decisão que não possam ser assumidas por outro profissional em dada ocasião”.(p. 182).

Já em relação aos outros dois entrevistados, apesar de em seus contratos estar estipulado, no caso de Rafael, o regime de 14x14 e, no caso de Tiago, 14x21, os dois trabalhadores não atuam neste regime:

Meu horário é de doze horas. A gente embarca, dependendo da hora que chega a bordo, um grupo a bordo deixava, aí a gente chegava, trocava de roupa, fazia o briefing e assumia o turno. Hoje minha jornada não é mais 14x21, mas pra empresa eu continuo 14x21, mas nem sempre é assim, é meio que, vamos dizer assim, não é formalizado. Às vezes eu fico fazendo coisas no escritório e não embarco tanto. (Tiago).

Lá, às vezes, dependendo da necessidade da plataforma, sua jornada de trabalho começa normalmente seis, sete da manhã, né? Preciso, eu vou. Dois, três dias, cinco dias. É difícil ficar porque a diária do inspetor é muito alta. Então eu sou a pessoa mal vista financeiramente (risos). Apesar de ser 14x21, na realidade não é assim não. (Rafael).

Rodrigues (2001) constatou em sua pesquisa, voltada para unidades de perfuração, um descompasso entre a legislação trabalhista e a prática. O autor identificou que a maioria das unidades não cumpria a legislação vigente no que diz respeito ao regime de trabalho, e mais especificamente, à jornada semanal estabelecida para o trabalho em turnos. Para Figueiredo (2012), além destes casos, há empresas que convocam seus/as trabalhadores/as para embarcarem poucos dias depois destes chegarem em terra, ou até mesmo, no dia seguinte àquele do desembarque.

Apesar de os/as trabalhadores/as, citados/as anteriormente, atuarem nos seus regimes formais de trabalho, é necessário ressaltar que todas as pessoas entrevistadas relataram já terem sido chamados pela empresa, muitas vezes, em caráter “emergencial”, logo após terem desembarcado. A ilustração a seguir expressa o que acontece para

muitos/as trabalhadores/as *offshore*. Rafael foi entrevistado no aeroporto, algumas horas antes de embarcar novamente:

Tanto em terra quanto no trabalho, você passa a ser dono só do seu corpo, sabe? Você não pode estar doente, tem que estar cumprindo horário, tem limitações, fica dependendo sempre do serviço, você nunca pode fazer o que quer, eu vejo os colegas aí, às vezes, querendo fazer curso e tudo mais, um projeto de vida. Mas como? Tem que se afastar, ficar sempre de sobreaviso. Eu mesmo desembarquei anteontem, foi anteontem? É, eu tive que fazer um treinamento na empresa, e nesse mesmo dia, foi ontem, eu vim pra cá, me chamaram e vou embarcar de novo. Sempre assim, precisou, eu vou.

Para Figueiredo (2012), estes acontecimentos contribuem para agravar o risco potencial de consequências nefastas à esfera psíquica, pois desorganizam de maneira drástica os pensamentos, sentimentos e ações dos/as trabalhadores/as, seja em decorrência dos vínculos sociais abruptamente rompidos, da intensa jornada de trabalho diária/noturna ou da impossibilidade dos/as trabalhadores/as de realizarem qualquer tipo de planejamento.

Ainda, Castro e Vinagre (2009), colocam que o sentido do tempo se apresenta como um elemento estressante para os/as trabalhadores/as embarcados/as. As horas trabalhadas são marcadas como um peso, um fardo. O tempo não é newtoniano, objetivo e constante, não se encontra nos ponteiros do relógio. Essa questão é apontada por Castro e Vinagre (2009) em uma pesquisa realizada com trabalhadores/as *offshore*, a ilustrar:

O petroleiro sabe que seu tempo de trabalho efetivo, seu descanso, a quantidade de trabalhos realizados e o tempo de duração de cada atividade são criteriosamente aferidos. Assim sendo, é interessante perceber em sua fala que, quando ele se refere ao “tempo real”

indica, na mesma frase, um outro tempo, percebido em termos bem coercitivos – “o tempo todo” (Castro & Vinagre, 2009, p. 6).

Como já apontado nos capítulos de embasamento teórico, o tempo no processo de trabalho taylorista/fordista, era visto como objetivo, no entanto, no que diz respeito ao processo de trabalho na exploração e produção de petróleo *offshore*, os/as trabalhadores/as vivenciam um tempo calcado na rotatividade, na intensificação da velocidade da produção, sendo o tempo que marca as tarefas, muito veloz (Castro & Vinagre, 2009). A tecnologia atua igualmente ao tempo, o sistema informatizado utilizando neste setor mensura o tempo de cada atividade realizada. A todo momento, simultaneamente ao desenvolvimento das tarefas, todas as atividades são rigorosamente registradas e encaminhadas à gerência. Identifica-se uma pressão contínua por maior produtividade, uma pressão exigida da gerência e até das próprias máquinas (Venco, 2012).

Estes aspectos reforçam a sensação dos/as trabalhadores/as de tempo de trabalho como penoso e exaustivo. Além disso, como apontado por Figueiredo (2012), a grande maioria dos/as trabalhadores/as *offshore* sofre algum prejuízo em detrimento das trocas de turnos quando embarcados/as e a dificuldade de voltar ao horário “normal” assim que se encontra em terra.

Os/as entrevistados/as relataram ter dificuldades de adaptação ao trabalho noturno, tanto no sentido de estarem com sono e cansados/as na hora de trabalhar, quanto no sentido de ter dificuldade em dormir, e voltar ao “horário normal” de sono quando estão no período de folga na terra. Estes aspectos são identificados na fala de Marília:

Ah, o cansaço do pessoal é também falta de dormir, muito, muito. As pessoas não conseguem dormir direito, eu, por exemplo, eu já tenho insônia, há muito tempo. Pior pra mim por causa de cama, travesseiro diferente, e balanço, balança bastante, ficava enjoada no começo, depois o labirinto acostuma, né? Mas aí você troca de turno e aí, ah, já viu, né? Tudo de novo.

A adaptação ao turno depende de como a jornada associada a esse último é organizada em relação ao intervalo de vinte e quatro horas e, acarreta como visto na fala de Marília, maiores repercussões na vida social e nos aspectos cotidianos (Figueiredo, 2012). A divisão das horas de trabalho em sistema de turnos afeta negativamente, em questão de qualidade, o sono dos/as trabalhadores/as, problema que é ainda reforçado por conta de estes/as trabalhadores/as estarem em período integral no ambiente de trabalho e, ainda, ser uma jornada de doze horas ininterruptas. O cansaço relatado por Marília, devido às poucas horas de sono ou de sonos mal dormidos, pode ser considerado um fator de risco, ao aumentar a chance de acidentes a bordo, pois a atenção fica delicadamente prejudicada (Carvalho, 2010).

3.2.2 Procedimentos Rotineiros, de Segurança e Riscos de Acidentes

O cotidiano de trabalho em uma plataforma começa cedo, com um procedimento chamado “*briefing*” (expressão utilizada pelos/as entrevistados/as), que são as reuniões pré-operacionais. Todas as manhãs ocorrem estas reuniões em todas as plataformas de produção e perfuração, geralmente entre as cinco até as seis e/ou sete horas da manhã. Nessa reunião, com a presença de todos/as os/as tripulantes a

bordo, são passadas as informações atualizadas sobre o andamento das atividades, ou seja, acontece uma passagem de turma rotineira, e, também são recomendadas algumas normas de segurança. Questionados sobre seu cotidiano de trabalho, os/as entrevistados/as trouxeram este procedimento, a saber:

Tem uma reunião todos os dias as cinco e pouco da manhã, que eles passam as informações das etapas do processo. A gente sabe que é perigoso, mas assim, tem etapas que você fica mais atento, pode ter risco de vazamento de gás, a gente fica mais atenta em algumas partes de perfuração, mais alerta sim, por isso passam vídeos e recomendações de segurança (Marília).

Tem uma reunião pré-operacional. Toda vez, antes de chegar num turno, existe uma reunião com o que a gente chama de offshore manager, que é o chefe geral e ele faz um briefing²⁷ do que está acontecendo né, e de tudo que aconteceu nas últimas doze horas, pra quem tá entrando no turno ficar sabendo o que tá acontecendo, o status do trabalho e tal, e depois que acaba essa reunião, que é mais ou menos meia hora antes de começar o turno, cada um vai pro seu posto e existe a troca de informação com o seu back, que a gente chama pra pessoa que tá lá, ela te passa os detalhes, os pormenores do trabalho, então aí inicia, todo mundo começa, e aí o trabalho vai fluindo. É essa troca (Gustavo).

Além da atualização das informações, essas reuniões são vistas pelos/as entrevistados/as como um procedimento de segurança importante, pois parecem funcionar para eles/as no sentido de deixá-los/as mais atentos para mais um dia de trabalho. Outro aspecto referente à segurança, devido à exposição dos/as petroleiros/as aos riscos de acidentes é relativo ao uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) (Carvalho, 2010). Durante a permanência no convés, heliponto ou qualquer outra área externa das plataformas, sondas ou

²⁷ Briefings são reuniões pré-operacionais. Este conceito será abordado mais adiante.

navios, consideradas áreas de risco, os/as trabalhadores/as devem sempre usar este equipamento, considerado uma medida de segurança básica.

O EPI consiste em capacete, óculos, protetor auditivo, luvas, macacão e botas (Carvalho, 2010). Em relação a este aspecto, todos/as os/as entrevistados/as utilizam o equipamento no horário de trabalho, com exceção de Marília, que usa EPI apenas em alguns momentos, quando sai do casario (local onde se encontram os dormitórios e refeitórios, e onde Marília passa a maior parte do tempo embarcada; esta não é considerada área de risco).

Eu fico sempre no casario, né? Eu não trabalho na área externa onde eles fazem a perfuração, fico sempre no casario. Só uso EPI quando saio do navio. Quer dizer, do casario, né? Na área externa você tem que usar o EPI completo. Eu tenho que sair, tem algumas funções que eu tenho que fazer do lado externo. Triturador de alimentos, que fica do lado externo, então tu tem que tá sempre ir checando e receber os containers de alimentos, né? Também é na área externa, aí tem que usar. Toda vez, saiu tem que botar a toca, o EPI completo, porque você já sai numa área que tem movimentação de carga, lá já é perigoso. Saiu do casario já tem que colocar (Marília).

De acordo com Sampaio et al. (1998), genericamente, pode-se dizer que as condições de vida e de trabalho em plataformas podem ser consideradas perversas, pois quase toda a extensão das plataformas configura-se como área de risco, o que coloca a vida dos/as trabalhadores/as em risco todo o tempo em que se encontram embarcados/as (Sampaio, et al., 1998). A combinação de equipamentos pesados, necessidade de uso de grandes forças físicas, as incertezas geológicas e os fatores climáticos, envolvem sérios riscos à saúde do/a trabalhador/a; somado a alta periculosidade, já que existem riscos de

incêndios, explosões e vazamentos de produtos de alta toxicidade do local, e insalubridade, como os ruídos elevados e o excesso de calor (Maia et al., 2003).

Existem vários procedimentos realizados no sentido de preparar e atentar o/a trabalhador/a *offshore*, pois uma plataforma enumera uma lista ampla de fatores de risco e casos de acidentes graves, e há uma grande exposição dos/as trabalhadores/as aos riscos de acidentes, tais como: carga de trabalho excessiva, desenho inadequado do posto de trabalho, ruídos, vibrações, condições extremas de temperatura, ventilação inadequada, gases, ácidos e vapores tóxicos e inflamáveis, ar contaminado, além de vários outros produtos químicos (Figueiredo, 2012).

Durante vinte e quatro horas por dia em seus ambientes de trabalho, que apresentam estas características, os/as trabalhadores/as vivem em um estado de vigilância constante (Rodrigues, 2001). Todas as tarefas cotidianas, até as mais simples, são pautadas por procedimentos que envolvem certa rigidez de conduta (Sampaio et al., 1998). Além dos/as trabalhadores/as entrevistados/as, podemos constatar em conversas com outros/as trabalhadores/as que a questão dos acidentes é muito presente no discurso dos/as embarcados/as e vivenciada de maneira muito intensa, com vemos na fala de Walter, a ilustrar:

O primeiro do trabalho você tem que fazer o quê? Uma análise preliminar de risco. Qualquer acidente lá é fatalidade. Você tá em cima de um barril de pólvora, e pode explodir a qualquer hora, né? A qualquer hora. Por causa de um segundo de vacilo você perde a vida a bordo, um segundo. Aqui a bordo, não é brincadeira não.

Todos/as os/as trabalhadores/as relataram sentirem-se com “medo” por estarem em um ambiente de trabalho de alto risco, pois qualquer erro pode resultar em fatalidades. A vida a bordo é marcada por esta condição e mesmo no tempo liberado do trabalho, os/as embarcados/as continuam com essa sensação, a ilustrar:

Às vezes é com a irresponsabilidade dos outros que acontece muitas coisas que antes ninguém tinha percebido que era perigoso, né? Não é proibido e de repente passa a ser, já tive alguns acidentes, já vazou gás, já vazou óleo, uma vez a gente passou doze horas numa emergência. E fica todo mundo tenso, né? Dá um medo muito grande de ir trabalhar e não voltar mais, de tá lá e de repente explodir tudo, tenho que cuidar pra não ficar pensando, a gente fica, né? Se não penso o tempo todo assim, com medo, tensa, mas é isso a vida lá(Marília)

É interessante ressaltar que algumas atividades de trabalho, específicas de determinados cargos, são realizadas dentro dos escritórios, casario ou demais espaços da plataforma onde não há janelas para o lado externo das mesmas e, portanto, alguns/as trabalhadores/as não tem contato com a luz do sol durante um longo período de tempo. Considero pertinente apresentar uma colocação de Marx (2002/1883) que descreve, de maneira coerente, a realidade de alguns trabalhadores e trabalhadoras do setor *offshore*:

O dia de trabalho compreende todas às 24 horas, descontadas as poucas horas de pausa sem as quais a força de trabalho fica absolutamente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Fica desde logo claro que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho, que todo o seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical, mesmo no país dos santificadores do domingo. Mas, em seu impulso cego, desmedido, em

sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol” (Marx, 2002/1883, p. 306).

3.2.3 Relações de trabalho

Quando questionados/as sobre suas atividades no trabalho, uma questão surgiu por parte de todos/as entrevistados/as e se refere ao relacionamento entre os/as colegas a bordo. A situação de confinamento proporciona um convívio continuado e intenso com as mesmas pessoas durante o período de trabalho. Além da dificuldade de se encontrarem fora desse ambiente, as pessoas que embarcam são sempre as mesmas, havendo pouca variação de trabalhadores/as (Coelho & Paparelli, 2010).

Nesse caso é importante fazer duas observações. Como aponta Figueiredo (2012), há um recorte apresentado nas plataformas que é bastante nítido e importante para pensar os relacionamentos a bordo: há profissionais que trabalham sempre numa mesma unidade – os/as chamados de “residentes”- e há aqueles/as cuja permanência em uma mesma unidade dá-se apenas no período em que realizam alguma tarefa específica para qual foram designados/as e permanecem a bordo tempo necessário para sua consecução, estes/as são chamados/as “flutuantes” (Figueiredo, 2012). Também entre os/as entrevistados/as deste estudo, pude identificar diferenças substanciais quanto às relações a bordo entre

os/as trabalhadores/as “residentes²⁸” e “flutuantes²⁹”. Entre as seis pessoas entrevistadas, três podem ser consideradas flutuantes e as outras três residentes.

Em relação aos entrevistados flutuantes, identifiquei certo distanciamento entre os/as colegas de trabalho, que pode ser entendidos sob diferentes aspectos. Para Coelho e Paparelli (2010), existe uma dificuldade em relacionar-se com os/as colegas de trabalho, também relacionada à necessidade premente de evitar conflitos, uma vez que a convivência em confinamento é muito intensa e constante. Ainda, quando está presente o conflito entre dois/duas trabalhadores/as, eles/as procuram não entrar em contato um/a com o/a outro/a, o que torna o trabalho mais isolado ainda (Coelho & Paparelli, 2010). Este aspecto pode ser observado na fala de Rafael:

Às vezes, sou antissocial lá na plataforma, porque foi a forma que eu encontrei pra evitar certos tipos de brincadeiras, o camarada tá mal humorado, não amanheceu bem e tal, então, melhor evitar conversar, até de trabalho. Falar de trabalho é na hora de trabalho. Tudo tem horário.

Já em relação a Gustavo, percebe-se em suas relações um atravessamento relacionado à sua posição hierárquica no trabalho:

O meu relacionamento lá é muito bom, eu me dou bem com a grande maioria das pessoas, mas acho que, às vezes, por um jeito meu de trabalhar, de lidar, tento sempre usar o caminho do bom relacionamento, né? Porque o meu cargo é um cargo que é de coordenação, então você tem duas maneiras de coordenar, de lidar com os seres humanos né, lidar com gente é complicado, né? É uma

²⁸ Marília, Patrícia e Tiago são “residentes”.

²⁹ Walter, Gustavo e Rafael são “flutuantes”.

coisa difícil demais. Às vezes você tem que ser um pouco mais rispido, às vezes, você tem que ser, é difícil, é um papel difícil.

Como visto no relato de Gustavo e como aponta Carvalho (2010), a partir do controle e execução de normas, a forma de condução da autoridade condiciona o clima e as relações de trabalho. Assim, a administração e as normas dentro do trabalho também assumem um papel importante no que diz respeito à organização e forma com que os/as trabalhadores/as lidam com as divisões do trabalho.

A questão de hierarquia e a forma como o/a trabalhador/a subordinado lida com essas divisões, pode ser observada no relato de Walter:

Geralmente não há discussão a bordo, porque se você tiver uma discussão a bordo, primeiro você vai ser chamado pelo capitão, de imediato, ou por quem estiver a bordo, entendeu? Qualquer reclamação você tem um cartão pra você assinar. Se por exemplo, eu isolo uma área de trabalho que é periga. E se você vim ultrapassar eu não posso deixar você passar ali. Você tem que respeitar as normas, porquê? Além de você não ser da área, você tá passando num lugar que pode morrer por segundos. Eu sei do que tá acontecendo, mas você não sabe. Então aí, gera uma discussão, porquê? Sua patente é mais alta que a minha. Aí eu te barro: “Pô, porque que eu não posso passar aqui?” Aí o que que eu tenho que fazer? Pegar o seu nome e marcar, a gente precisa de uma reunião. Não é pra cumprir norma? Norma tem que ser cumprida. Se tiver alguma discussão, ou troca de turno, ou muda de unidade.

Para Figueiredo (2012), as características de unidades subcontratadas variam muito quanto á complexidade dos sistemas utilizados para exploração, quanto ao emprego de tecnologias de ponta e quanto à gestão do trabalho em um ambiente confinado e de alto risco, o que implica na maioria das vezes, “o relacionamento com pessoas de diferentes nacionalidades, níveis de educação e culturas, e com a

consciência de que existem flancos (pontos vulneráveis) no sistema sociotécnico” (Figueiredo, 2012, p. 209).

Para tanto, cabe ilustrar ainda, outro relato de Walter, que reflete questões das relações hierárquicas entre os/as trabalhadores/as brasileiros/as e os/as estrangeiros/as, aponta também uma séria questão da importância da relação entre colegas para prevenção de acidentes (conforme apontado pelo entrevistado Walter), a ilustrar:

Olha, o tratamento do americano é automaticamente diferente com o brasileiro, aí um meio de discriminação. Entendeu? Então, eu acho que aqui no Brasil, a gente tem que, mesmo que a gente tenha um curso básico de inglês, eles deveriam tratar a gente melhor. Por quê? A gente não tá no país deles. Em primeiro lugar, eles tão no nosso país, então quem tem obrigação de falar o português são eles. Não a gente. [...] Então, o único problema que a gente tem com o pessoal de fora que é os gringos, é a comunicação. Entendeu? Comunicação e essa discriminação, eles acham que o brasileiro não sabe nada. Entendeu? Eles acham que eles que sabem, entendeu? é onde gera muitos acidentes. Então quando a gente quer dar um passo a mais, a gente procura se aperfeiçoar, entendeu? Por exemplo, estudar mais um pouco do inglês, pra chegar até eles pra que pelo menos eles nos deem um voto de confiança.

Alguns dos aspectos mencionados no relato de Walter contribuem para pensar o quanto as relações de trabalho em um espaço confinado e de alto risco são mais intensas. Conforme coloca Figueiredo (2012), “parece-nos que mais inaceitável do que a má conduta técnica seria a má conduta no plano ético (dos valores)”, dado que esta pode colocar em risco, além da integridade dos/as colegas embarcados/as, os valores que atuam como “verdadeiros ingredientes de sustentação daquele coletivo em condições adversas” (p. 211).

Já em relação aos/as outros/as três entrevistados/as, considerados/as residentes, identifiquei vínculos de trabalho mais duradouros e considerados – pelos/as próprios/as entrevistados/as – como vínculos de amizade e até de família, caracterizando relacionamentos que transcendem as relações profissionais. Como podemos ver no relato de Marília:

Eu gosto muito da minha equipe. O pessoal é bem unido. Tu ficas mais tempo com eles do que com a sua própria família. Você não fica colado na sua família o tempo todo quando você tá de folga. Lá, convive o tempo todo.

Para Clemente (2012), os vínculos fraternais, as amizades no mar e em terra, oferecem âncoras de sustentação para as suspensões afetivas as quais os/as trabalhadores/as *offshore* estão submetidos/as. Além disso, conforme aponta Carvalho (2010), as boas relações são importantes para a boa condução das atividades a bordo, conforme se percebe no relato de Tiago:

No início foi meio ruim, eu nunca tinha trabalhado nesse sistema, a gente estranha, né? Porque você vai ficar num lugar, você não volta pra casa, né? Você termina o trabalho e você tem que ficar lá, e no início, às vezes, complicado, você sente insônia, aí quando a gente é novo, eu comecei com 21 anos e muito dos meus amigos também, foi alguns colegas também pra essa mesma unidade, facilitou muito, porque eu já conhecia. No segundo ou no terceiro embarque a gente já tinha uma adaptação com os outros profissionais, aí a gente foi soltando assim, foi criando aquele círculo de amizades, brincadeiras, descontração, aí foi facilitando até o trabalho com essa rotina.

Ou ainda, no relato de Patrícia:

Meu ambiente de trabalho é muito bom, não sei se é na unidade que eu trabalho, mas todo mundo é muito companheiro, entendeu? E, como eu vou explicar? Se tem algum problema, todo mundo resolve junto. Lá é muito tranquilo, forma meio que uma família. E é muito

engraçado por que é gente de todo país, todo mundo sabe um pouco da região de cada um, né? (risos) Todo mundo sabe da vida de todo mundo né? Família, muitos lá na unidade, o pessoal agora, costuma juntar todo mundo.

Para Rodrigues (2001), Carvalho (2010) e Clemente (2012), um bom clima com os/as colegas a bordo é um fator muito importante para os/as trabalhadores/as embarcados/as, pois é por meio dos vínculos de amizade que estes/as profissionais encontram conforto para lidar com os diversos aspectos do regime *offshore*, como a saudade e a distância da família e da vida que é deixada em terra.

Como visto, existem diferenças nas relações entre colegas residentes e flutuantes. Os/as trabalhadores/as residentes apresentam relações duradouras, por meio do convívio prolongado, ocasionada pelo fato de trabalharem em locais fixos e por isso poder manter os mesmos vínculos sempre, pois toda vez que vão trabalhar já sabem que irão encontrar os/as colegas novamente. Já os/as trabalhadores/as flutuantes apresentam relações de trabalho fragilizadas pela condição de vínculos laborais constantemente rompidos e dificilmente estabelecem vínculos de amizade/trabalho com os/as colegas.

3.3 O tempo liberado do trabalho

3.3.1 Atividades realizadas no tempo liberado do trabalho

Como já apontado, os/as trabalhadores/as *offshore* continuam embarcados/as no seu ambiente de trabalho após o término de seus expedientes. Durante os 14 dias seguidos, ao término da jornada de trabalho, os/as embarcados/as não voltam às suas residências, permanecem em seu local de trabalho (Maia et al., 2003).

Todos os/as entrevistados/as, ao serem questionados/as sobre suas vivências quando estão fora do expediente de trabalho mas ainda nas plataformas, apontaram para um sentido comum: um tempo destinado à reposição física e ao descanso. Podemos observar esta constatação nos relatos a seguir:

Olha, meu tempo livre é o que? Você tem que descansar. Tem que dormir, né? Pra recuperar o que você perdeu (Walter).

Dormir, descansar (Rafael).

É muito curto, né? Porque no tempo livre você passa a maior parte do tempo dormindo. [...] Então, no meu caso, o que eu mais gosto no meu tempo livre, depois de dormir (risos), é ler um livro e dar uma malhada. São meus dois lazeres assim. Eu não vejo muita TV, confesso. Levo muito seriado, levo muito filme, mas não vejo muito.paro pouco na frente da TV. Até porque se eu começo a assistir eu durmo. Então, é.. leio alguma coisa e descanso (Gustavo).

São doze horas, né? Que você tem folga. Não tem muita opção. Acho que você tem que ter uma. Uma perspectiva sua, ter um livro, alguma coisa pra você ocupar, uma televisão, quem gosta de filme. E

conversar, às vezes, com os colegas do camarote, dos outros camarotes, e aí senta pra conversar, às vezes no próprio restaurante mesmo, geralmente quando tá comendo tá conversando, e aí você toma banho e descansa e já dorme (Tiago).

Essa plataforma que eu estou agora não tem praticamente nada. A academia é muito ruim, não tem quase nada. Eu trabalhava, eu fiquei um ano e meio em um navio que tinha academia, cinema, a gente fazia churrasco na proa do navio, à noite, tinha mais distração. Só que essa que eu estou não tem nada pra fazer, a gente acaba, eu acabo ficando um pouco na internet, depois do horário, assisto um pouco de televisão e dormir. Não tem muito lazer não, a gente sempre tá cansado, é mais pra descansar mesmo (Marília).

Acaba o expediente, vou pro camarote e vou dormir. É muito difícil eu sair, muito difícil sair do camarote. Às vezes, eu vou no lanche, mas geralmente vou dormir (Patrícia).

Como podemos ver, apesar de alguns/as entrevistados/as utilizarem alguns espaços das plataformas no tempo liberado do trabalho, a maioria utiliza esse tempo para descansar. De acordo com Aquino e Martins (2007), o tempo liberado do trabalho configura-se como “um tempo voltado para atividades de reposição física e mental”(Aquino & Martins, 2007, p. 485).

As outras atividades realizadas além das descritas acima, foram relatadas por apenas alguns/as trabalhadores/as. Alguns/as frequentam a academia de ginástica, outros/as a sala de televisão, outros/as realizam a leitura de algum livro que trazem de casa, utilizam a internet, quando há disponível na plataforma, e outros/as, ainda, relataram utilizar o espaço do heliponto para caminhar, correr e absorver a luz do sol. Identifiquei que o tempo é indissociável dos processos de controle dos/as trabalhadores/as e assume um caráter determinante e preponderante na disciplina do trabalho.

3.3.2 Os espaços oferecidos nas plataformas

Em relação aos espaços oferecidos – e também utilizados – nas plataformas, pode-se dizer que, em geral, são semelhantes para a maioria das pessoas entrevistadas, a saber: sala de televisão e/ou cinema, sala de jogos, academia, piscina, computadores com internet Wi-Fi e sala de leituras (Figueiredo, 2012). Algumas plataformas apresentam, ainda, uma estrutura diferenciada, com quadra de futebol, sala de jogos – incluindo vídeo games, mesas de ping-pong e sauna. Porém, os/as trabalhadores/as não ocupam estes espaços, pois no fim da jornada estão sempre exaustos/as.

Também percebi diferenças quanto aos/às trabalhadores/as residentes e flutuantes. Em relação aos/as entrevistados/as residentes, Tiago e Patrícia, ambos relataram não utilizar os espaços oferecidos nas plataformas onde embarcam, apesar destas contarem com uma estrutura diferenciada. Já a residente Marília, relatou que na plataforma onde está hoje, não há quase nada, apenas televisão nos camarotes e computadores com Wi-Fi.

Já os entrevistados flutuantes, Gustavo, Walter e Rafael, por embarcarem sempre em locais diferentes, nunca sabem como serão os espaços disponíveis para uso no tempo liberado do trabalho. Dessa forma, levam alguma leitura ou filme.

Em relação a estes aspectos, também os camarotes e banheiros são distintos, e depende da unidade onde os/as entrevistados/as embarcam cada vez. Porém, os/as trabalhadores/as residentes apresentam algumas diferenças, como relata Tiago: “*Então, duas camas, tem televisão, tem uma mesinha, um armário pra guardar suas coisas e televisão*”.

Já para as mulheres o banheiro é junto ao quarto e os camarotes são femininos, como colocam as entrevistadas:

Lá são camarotes femininos, quatro camas, tem o banheiro. É assim, é meio que bagunçado, porque como é turno, o pessoal não vai limpar, não é muito limpo, mas a gente faz o que dá né? (Patrícia).

E aí tem quarto lá que tem duas camas, e a maioria é lá por quatro camas. O meu camarote tem três camas, eu divido com, se tiver três mulheres, as três vão, no momento tem uma só. Mulher é só com mulher, é. Os femininos tem banheiro no camarote [...] mas a maioria lá é coletivo (Marília).

Os camarotes são diferentes para os homens e as mulheres. Para as mulheres, os banheiros são – quase sempre - junto ao camarote, para os homens, geralmente, os banheiros são separados e externos aos camarotes. Cabe ressaltar que existem diferentes configurações dependendo do cargo e da plataforma em si. Em algumas plataformas, os quartos que tem duas camas são ocupadas por cargos hierarquicamente superiores.

Já em relação aos refeitórios e a alimentação, não houve diferenças entre os relatos dos/as entrevistados/as. De acordo com Coelho e Paparelli (2010), a alimentação é servida aos/às trabalhadores/as de três em três, quatro em quatro horas. E algumas

unidades disponibilizam bolachas e cafés constantemente. Dessa forma, o relato de Marília ilustra o que foi colocado por todos/as:

Você tem alguma quantidade de refeições por dia, quantidade de alimentos disponíveis. É, são em torno de seis a nove refeições por dia, que são servidas. E ainda fica aberto o refeitório. Se você quiser entrar e ir na padaria, tem biscoito, coisa de padaria, refrigerante, suco. Pode ir lá a qualquer momento e pegar o que você quiser, só não tem comida, isso só nas horas de almoço e janta.

Em relação ao uso de telefones e internet, usados geralmente para os/as trabalhadores/as se comunicarem com suas famílias, foi possível perceber significativas diferenças entre os relatos dos/as trabalhadores/as efetivos/as e terceirizados/as, conforme relatado a seguir:

Então, a gente, da Petrobrás, tem alguns telefones que é liberado, você liga, com sua matrícula. Nunca cobraram, é só pra marcar controle. Mas quem é de terceirizado, tem os orelhões lá e você tem que comprar ficha. Eu ligo, ligo pra casa, ligo quase todo dia. As unidades mais antigas, que tem a produção bem baixa, diminuem o efetivo, e aí eles fazem um controle mais rigoroso. Então, às vezes, o pessoal limita tempo no telefone, duas vezes por dia, uma vez por dia, mas ainda, as que eu embarco, não tem essa restrição ainda não (Tiago).

Já o entrevistado Walter (terceirizado) relata: “a gente tem a lan house disponível quando a Petrobrás libera pra gente. Entendeu? Você tem telefone também, você tem 10 minutos pra contar com a família uma vez por semana”.

Coelho e Paparelli (2010), apontam que essas diferenças entre aqueles/as que são efetivos/as e aqueles/as que são contratados/as são fatores geradores de ansiedade e até problemas no convívio entre os/as trabalhadores/as que dividem o mesmo ambiente de trabalho. Para os/as

trabalhadores/as da Petrobrás não há limite de tempo para ligações e uso da internet e, ainda, eles/as podem utilizar estes serviços diariamente. Já os/as trabalhadores/as terceirizados/as, além do tempo reduzido, utilizam os serviços apenas uma vez por semana.

Em relação à comunicação com a família e/ou amigos/as, a maioria dos/as entrevistados/as preferem falar pouco, pois relatam que a comunicação atrapalha a concentração no trabalho, uma vez que os/as parentes trazem problemas de casa.

Eu vejo que, eu fui aprimorando, né? Amadurecendo. No intuito de que, quando você tá a bordo, a gente não ficar envolvendo muito trabalho com muito problema de terra. Você liga pra sua mulher, ou marido ou filho, né? Tenta evitar o máximo esse tipo de problema. Você liga “ô, tudo bom, como é que tá aí?”, fala o básico, né? Pra poder não ficar envolvido. Porque se você passar todo os problemas de casa pra lá, você não trabalha direito, né? E você passa a maior parte do tempo trabalhando, as 12 horas e, as vezes, você tá lá no seu descanso, mas você tá lá também, então, bem ou mal aquilo vai estressando né? Melhor evitar falar muito, só saber se tá tudo bem e é isso.

Em relação aos espaços oferecidos pela plataforma e as vivências dos/as trabalhadores/as no tempo liberado do trabalho, Padilha (2000) coloca que existem empresas que criam programas de lazer e de esportes, seja antes, durante ou após o expediente. Este fenômeno é denominado como “lazer na empresa”, onde está presente a ideia de inserção de atividades recreativas no espaço de trabalho ou intimamente ligadas a ele. Os programas mais recentes de “lazer na empresa” deixam transparecer a veiculação do lazer como um momento compensatório e recuperador do/a trabalhador/a e, além disso, os espaços de lazer quando apresentados dessa forma aos trabalhadores/as, acabam os/as deixando

sem opção de escolha, e eles/as se entregam a programação oferecida pela empresa (Padilha, 2000).

Para Padilha (2000), estes acontecimentos, uma vez que ocupam o tempo liberado sem escolha, acabam por contribuir para a difusão de uma nova versão do capitalismo: a do “capitalismo humanizado”. Capitalismo humanizado acontece quando a empresa acaba por aprofundar seu alcance em outras esferas da vida dos/as trabalhadores/as, como se houvesse uma invasão institucional no cotidiano dos/as mesmos/as, fenômeno identificado nas vivências temporais cotidianas dos trabalhadores e trabalhadoras *offshore*.

3.3.3 Tensão Pré-Desembarque

Quando questionados/as sobre o período próximo ao desembarque, os sentimentos de prisão e de tempo perdido aparecem nas falas dos(as) entrevistados(as). Conforme aponta Figueiredo (2012), o confinamento também implica questões relacionadas à Tensão Pré-Desembarque (TPD), expressão utilizada pelos/as trabalhadores/as para realçar o “peso” maior dos últimos dias do período de embarque, normalmente acompanhado, como afirma Figueiredo (2012), por um aumento de tensão que tende a crescer à medida que o final do ciclo se aproxima. Podemos perceber essa questão no relato de Marília:

É porque, assim, a primeira semana costuma passar mais rápido, a segunda é que é tensa, e vai dando o dia da gente desembarcar e a gente já vai contando com aquilo, o que não acontece na maioria das

vezes, aí, nossa, é muito estranho o que acontece a gente (risos) parece loucura. Nossa, uma agonia terrível, meu Deus, é como se você estivesse preso mesmo. Dá a sensação de prisão mesmo, tanto que tem gente que surta né? É contagem regressiva.

Ainda, no relato de Tiago:

Então, aí no desembarque, é aquela ansiedade, né? Você quer vir embora antes já, e você deixa tudo arrumado as coisas e dá uma ansiedade muito grande. O pessoal comenta que o dia do desembarque é um dia mais importante que o dia do pagamento (risos). O cara, as vezes, não quer nem saber de dinheiro, quer descer, fica pra segundo plano. E quando chega aqui, então, aí você vai vendo a esposa, estava preso, né? É uma coisa, você começa a ver as pessoas que ficou quinze dias sem ver, né?

Coelho e Paparelli (2010) colocam que a experiência do tempo é vivida pelos/as trabalhadores/as *offshore* de uma forma diferente do que é compartilhado socialmente, ou seja, eles se referem à escala como “quinze por quinze”, sendo que a escala é 14x14, como relatado por Gustavo:

Essa segunda etapa embarcado, de 15, 15, 15, 15, me dá muita ansiedade, me deixa muito acelerado, eu estou sempre contando tempo, estou sempre, sempre, sempre contando. Quando eu estou a bordo eu estou contando tempo pra descer, quando eu chego aqui eu estou contando meu tempo pra....Quanto tempo eu tenho de folga pra aproveitar. Então, eu fico muito ansioso, muito agitado, muito, pra mim é ruim, eu estou sempre, sempre contando tempo, sabe? Como se tivesse sempre que aproveitar o máximo, isso não me deixa relaxar, ficar tranquilo.

Assim, considerando a assimetria de tempos de trabalho e folga, que se desenvolvem com velocidades distintas, considera-se que os/as trabalhadores/as *offshore* vivem um outro tempo, conforme apontado por Figueiredo (2012) o tempo regressivo, o “tempo da ampulheta” [expressão do autor]; a ilustrar:

O tempo a bordo é regressivo, né? (risos). A gente conta assim.. o tempo a bordo funciona de trás pra frente ao invés de frente pra trás (risos). Geralmente a gente se encontra no navio e fala “E aí, faltam quantos dias?” “E aí, tá há quanto tempo aí?” “Ah, faltam cinco pra desembarcar” “Ah, desembarco amanhã” “Pô, beleza, tá bem hein, vai desembarcar amanhã, não sei o que”(risos) rola até uma zoação (risos). Tá pra desembarcar o outro tá lá gorando “Iiih, o voo não vem” “Ihh esse mau tempo aí, né?” “Vi a previsão do tempo, vai chover pra cacete” (risos) “não vai ter voo”. Geralmente é falado direto com quem vai desembarcar, então, por isso que eu falo assim: o tempo é regressivo. A gente tá sempre contando pra descer”(Gustavo).

4. “TEMPOS CÁ”: OS TEMPOS DA FOLGA VIVENCIADOS EM TERRA

Após a apresentação dos aspectos relativos ao tempo vivenciado quando estão embarcados/as, precisamos considerar alguns aspectos que constituem o cotidiano dos/as trabalhadores/as quando estão no período de folga em terra. Os/as trabalhadores/as entrevistados relataram valorizar muito o tempo da folga, pois tentam recuperar o tempo “perdido” que passaram longe da família e amigos/as e aproveitar o tempo livre até o próximo embarque.

A maneira como organizam seu cotidiano em terra varia muito de trabalhador/a para trabalhador/a. Nos relatos dos/as entrevistados/as, pude identificar que os/as trabalhadores/as casados/as e com filho/a preferem passar o tempo inteiro da folga com a família, a ilustrar:

É, agora que eu tenho filho (risos), eu acho que pra mim tá melhor, porque eu acompanho meu filho. Eu acho que aproveito muito mais, apesar de ele sentir. Ele sente bastante quando eu embarco. Ele tá com oito anos, depois que eu tive meu filho, sempre volto querendo ficar o máximo de tempo com ele, pra compensar os dias que fiquei ausente em casa, né? Enquanto estou lá, ele fica na casa da vó e, por isso, quando desço não faço nada, só quero curtir ele (Patrícia).

Olha, não sou muito de viajar, eu estudo, teve um tempo que eu estudei, né? Pra faculdade. Mas eu jogava futebol, mas não era de sair. Então eu fico muito em casa, né? Assistindo televisão. Fico com meu filho e ajudo minha mulher em casa. Visito parentes e tal, dou muito valor ao tempo de folga, a minha condição de família, de participar, assim, né? Você passa aquele tempo lá, que é um tempo que tá perdido na sua vida, porque você não tá junto das pessoas que você gosta, né? Mas aí você, quando você tá na folga, você quer pegar aquele tempo e usar aquele tempo ali, aquele tempo perdido, vamos dizer perdido né? Aí você quer dar mais valor a sua folga (Tiago)

Os relatos de Patrícia e Tiago refletem o quanto querem compensar o tempo em que estavam no trabalho, que é o tempo que perderam de estar com a família. Já os/as trabalhadores/as solteiros relatam aproveitar o tempo para viajar e conhecer outros lugares, além de visitar os pais e amigos/as, conforme apresentam os relatos abaixo:

Os dias que eu fico em casa? Hoje eu não tenho mais nem sábado, nem domingo. Se estou em terra, na segunda feira, eu me divirto na segunda feira, na terça. Pra mim não tem mais dias pra me divertir. Sempre aproveito, saio daqui, já passo em Arraial do Cabo, vou comer um peixe e por aí vai embora, assim é minha vida. Toda hora é hora de se divertir e aproveitar. [...] Me deram essa bomba, eu faço dela carvão pra fazer churrasco (Rafael).

Minha família é toda de longe, então agora, praticamente toda folga minha eu vou pra lá. Ah, é isso, muito bom. É estranho mas agora eu já acostumei. Mesmo que durante a semana não tem que fazer nada. Ah eu procuro sempre tá viajando, quando eu fico em casa é sempre bom tá com meus amigos em Cabo Frio. Toda vez que você vê eles, eles estão com saudade, né? Eu nem sempre vou pro mesmo lugar, vou pra uma cidade, vou pra outra, aproveita pra viajar e dormir, dormir muito (Marília).

As narrativas de Rafael e Marília apontam, mais uma vez, o sentido de tempo como um tempo perdido que deve ser recuperado e aproveitado ao máximo, tanto para rever os/as parentes e amigos/as, quanto para descansar. Além disso, para compreender as vivências dos/as trabalhadores/as nos “tempos de cá”, os tempos que passam em terra, é necessário refletir sobre os constantes deslocamentos destes/as trabalhadores/as que, segundo Clemente (2012), vivem entre o mar e a terra e, constituem o que a autora denomina de: “tempos de despedida” e “tempos de recomeço”.

4.1 Tempos de despedida

Como já visto, os/as trabalhadores/as *offshore* trabalham em unidades marítimas localizadas à distância de 80 e 400 km da costa brasileira e são transportados até elas por helicópteros. Diariamente, uma quantidade significativa de trabalhadores/as circula nos heliportos de Macaé/RJ, Cabo Frio/RJ, Jacarepaguá/RJ, Itanhaém/RJ, Navegantes/SC e Vitória/ES (Clemente, 2012).

Além de trabalhadores/as brasileiros/as, encontram-se argentinos/as, norte-americanos/as, chineses/as, noruegueses/as, alemães, indianos/as, paquistaneses/as, tailandeses/as, entre outros. A grande maioria deles/as sempre vem de longe para embarcar e retorna para a sua cidade/estado (no caso dos/as trabalhadores/as brasileiros/as) e/ou para o seu país (no caso dos/as trabalhadores/as estrangeiros/as) após o desembarque da plataforma (Clemente, 2012). Em relação aos/às trabalhadores/as brasileiros/as, Fo (2012) descreve:

Os homens levantam muito cedo, em cidades tão distantes quanto Londrina/PR, Salvador/BA, Lajes/SC, Juiz de Fora e Uberlândia/MG, Campinas e Sorocaba/SP, e várias outras nos estados do Rio de Janeiro, da Bahia, do Espírito Santo. Vão quase todos para a cidade do Rio de Janeiro, alguns por via aérea, muitos em ônibus de linha. Têm de passar pela rodoviária Novo Rio, onde fazem a baldeação para o Norte Fluminense; ainda viajam mais três horas e tanto pela BR 101, num dos trechos mais mortíferos do país [...] Na estação rodoviária de destino, Macaé ou Campos, pegam mais ônibus e vans até os heliportos mais movimentados do país, no litoral de Macaé e de Atafona – de onde vão, finalmente, “subir”. "Ou seja: embarcar em helicópteros e voar ainda por meia hora, uma hora ou mais, até pousar em cada uma das dezenas de plataformas petrolíferas cravadas ou ancoradas em alto-mar (Fo, 2012, p. 13).

Esta realidade descrita por Fo (2012) é vivenciada constantemente pelos/as trabalhadores/as *offshore*, pois a maioria deles/as mora longe dos heliportos onde embarcam. Entre os/as trabalhadores/as entrevistados/as, três moram longe da cidade onde embarcam. Assim, o tempo que levam para se deslocar até o trabalho dura, geralmente, alguns dias. Esses dias de deslocamento são vividos no período considerado como de folga. Neste aspecto, há uma diferença considerável entre as jornadas 14-14 (terceirizados) e 14-21 (Petrobrás), fazendo com o que os/as trabalhadores/as contratados/as³⁰ sintam-se mais prejudicados/as quanto ao seu tempo de folga que é drasticamente reduzido de quatorze para até oito, dez dias.

De acordo Figueiredo (2012), não resta dúvida de que quanto maior o tempo consumido nestes percursos de idas para as plataformas ou retorno para suas residências, menor é a duração do intervalo associado aos dias intermediários, ou seja, aqueles que se situam entre os dois primeiros antecedentes ao embarque e os dois últimos relativos a folga. Como coloca o entrevistado *Walter*³¹:

O petroleiro sofre muito, entendeu? por que tem gente que não mora aqui, tem gente que mora em Salvador, mora em Maceió, mora nesses lugares mais longes, então eles vem para embarcar aqui. Esse espaço de quatorze dias são poucos. Eles perdem dois, três dias pra chegar até aqui. Teria que ser pelo menos 14 – 21, pra normalizar, igual dos outros petroleiros da Petrobrás.

³⁰ “Contratado(a)” é a expressão utilizada pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as) para se referir a todos(as) trabalhadores(as) terceirizados.

³¹ A entrevista de Walter foi realizada no aeroporto de Macaé/RJ. Assim, quando ele falou “então eles vem para embarcar aqui”, estava se referindo ao aeroporto de Macaé/RJ.

A perda de alguns dias de folga com deslocamento para/do trabalho não é privilégio de quem mora longe, também os/as trabalhadores/as que residem na cidade do Rio de Janeiro contam os dias de deslocamento ao trabalho como dias perdidos. É o caso de Gustavo:

O dia que você vai embarcar é um dia morto, porque geralmente você vai pro lugar que você vai embarcar um dia antes, se você vai embarcar na sexta feira, sexta feira é a data do meu voo, eu tenho que ir na quinta feira pro lugar, Macaé geralmente, então eu vou na quinta para Macaé, durmo no hotel, no dia seguinte passa um carro da empresa, me pega e me leva pro aeroporto. Então esse dia que antecede a data do voo geralmente é um dia morto, porque eu vou pra Macaé no último horário da noite, eu aproveito a minha folga até... (risos) Aí pego o ônibus pra Macaé, vou de madrugada, chego no hotel pra dar uma cochilada e tomar um banho e o carro passa pra me levar pro aeroporto.

Em relação a estes constantes deslocamentos, Clemente (2012), aponta que os/as trabalhadores/as *offshore* vivem uma vida de intensa mobilidade, que, em seu cotidiano, criam e recriam formas de sociabilidade no e pelo desenvolvimento de suas atividades laborais. Condiçoados/as por esse constante movimento, estes/as trabalhadores/as são denominados/as de “profissional transacionais”. O constante deslocamento para o mar impõe a esses/as trabalhadores/as transacionais outros deslocamentos, nas dimensões subjetiva, temporal e relacional que “requer deles arranjos existenciais e sociais”(Clemente, 2012, p. 167) que permitam se transportar da vida e dos relacionamentos estabelecidos em terra com a família e amigos/as para viver no mar na companhia/vínculo de colegas de unidade marítima (Clemente, 2012).

Conforme a autora, muitos dos momentos da vida de um/a trabalhador/a transnacional são marcados por essas descontinuidades: ora está aqui, ora está lá, de forma que os vínculos locais

desmaterializam-se. Esses movimentos de despedidas e recomeços exigem que estes sujeitos tenham uma atitude de artesão com seus afetos, que os reconstruam nas idas e vindas. Como descreve Clemente (2012), são trabalhadores/as que “se tornam capazes de estar aqui e de estar lá, de entrar e sair de ambiente de trabalho com experiências totalizantes e adentrar a sociabilidade que flui fora do trabalho”(Clemente, 2012, p. 174.).

Estes momentos são demarcados como “tempo de despedida” e “tempo de recomeço”³² (Clemente, 2012). Pode-se dizer que, ainda antes do momento de sair de casa para pegar a estrada e se deslocar até o local de trabalho, esses sujeitos já se encontram em “tempo de despedida”. Tal vivência traz o que os/as profissionais estudiosos/as da área denominam de Tensão Pré-Embarque (TPE)³³, cuja intensidade varia do desconforto em alguns sujeitos e famílias à manifestação intensa de sintomas ligados à saúde (Rodrigues, Fischer & Brito, 2001).

A TPE é vivenciada pela maioria dos/as trabalhadores/as *offshore*, e destaco especificamente os casos dos/as entrevistados/as nesta pesquisa. No caso de Gustavo:

É, geralmente um dia antes que você vai embarcar, aquele dia é negro... Na quinzena de folga eu tenho picos de alegria, né? E aí, quando vai chegando próximo a data de.. de.. de.. embarque, começa a bater aquela depressão. É igual domingo a noite, é.. são os nossos dois, três dias antes de embarcar.

³² Os termos entre aspas: “profissionais transacionais”, “tempo de despedida” e “tempo de recomeço” são expressões utilizadas pela autora (Clemente, 2012).

³³ TPE (tensão pré-embarque) corresponde à expressão em inglês “pre-boarding stress syndrome” (Leite, 2009).

Ainda, para a entrevistada Marília:

Ah, o embarque é horrível. A sensação é que nem eu falo, que a gente tá indo pra guerra e quando desembarca, tá saindo da cadeia (risos). Todo mundo fica abatido, apreensivo, é ruim. Vai dando tchau pros amigos, pra família, pra vida normal, e já começa a ficar ansioso já, nervoso, é uma sensação muito ruim, muito ruim. Você sabe que, que você, é como se você tivesse, é um confinamento, né? Vai chegando assim, faltando uns quatro dias já começa a dar.. tensão.

Juntamente a esse momento de tensão, os/as trabalhadores/as vivem o “tempo de despedida”, onde tentam criar certo distanciamento em relação aos vínculos estabelecidos em terra e se preparar para os próximos 14 dias a bordo. Como podemos observar na fala de Tiago:

Ah você tenta não se envolver muito né, resolve tudo em terra e assim, vai com tudo em dia, porque assim, você tenta evitar o máximo qualquer tipo de problema quando sobe, porque se a pessoa fica com a cabeça aqui, aí pode acontecer um acidente, o cara surtar e ficar desligado, e o cara perde a concentração e não percebe. Então. Você tenta separar, né?

Como podemos perceber, dentre as preocupações que ocorrem antes do embarque, destacam-se estas relativas à manutenção da família, contar a pagar, controle das finanças e outras providências, que devem ser resolvidas, conforme colocam os/as trabalhadores/as antes do embarque (Freitas, Souza, Machado & Porto, 2001).

Olha, você tem que resolver todos os seus problemas antes. Digamos assim, a parte familiar, entendeu? E ver o que que tem necessidade, o que tem a fazer, o que tem que pagar, o presente do filho ou o aniversário do companheiro, o IPVA do carro, pra quando chegar não ter a preocupação, resolver pra que você possa ir e não possa voltar (Walter).

Estes “tempos de despedida” podem ser pensados como um tempo já voltado ao trabalho, na medida em que, tentam se desligar da

vida social que deixam em terra a cada 14 ou 21 dias, e passam a viver, a pensar e a se concentrar exclusivamente para as atividades no trabalho. Observa-se que ainda demoram certo tempo para entrar no ritmo do trabalho, como visto na fala de Gustavo:

O começo é que é complicado, né? Porque é uma fase de transição, né? Estou de folga, aí tu tá lá numa boa na tua folga, aí tu começa o trabalho, pega no tranco. Demora uns dias, né? Os dois, três primeiros dias são difíceis. Tem uma quinzena toda de trabalho pela frente. São uns dois, três dias, é.. já entro no meu regime, segundo, terceiro dia, aí eu vou bem. Aí vou embora.

4.2 Tempos de recomeço

Após o longo período de trabalho embarcado chega o momento do desembarque. Conforme Figueiredo (2012), o desembarque representa o fim do confinamento e a retomada do convívio social em terra, ou seja, hora de virar a ampulheta, são os tempos de recomeço.

Para Freitas et al. (2001), após o desembarque e o deslocamento até suas residências, muitos/as dos/as trabalhadores/as levam cerca de dois dias para se sentirem dispostos/as novamente. Como podemos observar no relato de Marília:

Normalmente quando eu desço, eu durmo pelo menos 24 horas (risos). É por causa da minha insônia, eu acho. Eu fico, quando vai aproximando de desembarcar, aí que eu não durmo mesmo, aí chego em casa um bagaço. Eu pelo menos, fico 24 horas dormindo. Aí eu volto ao normal. Mas fico uns 2, 3 dias pra voltar ao normal. Fico assim, fico fora, mas depois de dormir, fica tudo normal.

Ou, conforme podemos ver no relato de Tiago:

É.. a gente demora um pouco né? No começo eu não sabia muito o que fazer, mas hoje eu consigo explicar pro meu filho: Filho, calma, o papai precisa descansar, lembra o que a gente conversou? Porque ele vem com aquela saudade, né? E você tá cansado, ainda naquele ritmo, né? E aí ele me compreende, né? Assim eu vou, demoro um dia, dois dias pra ficar em terra mesmo. Mas o importante é conversar com ele e ele entender, né?.

Quando questionados/as sobre suas atividades na folga, diversas foram as respostas. A seguir o relato de Tiago:

Eu fico muito em casa, né? Assistindo televisão. Visito parentes e tal. Ah, é importante porque esse período de 15 dias você praticamente, você fica saturado né? Você começa 1, 2, no 14º dia você já quer descer. Então a folga é um escape né? Você alivia, você curte né? Você descansa, você sai um pouco de lá daquele ambiente, e é onde você vive, né? Você come o que você quer, o que gosta, você faz o que você gosta, dorme a hora que você quer, sai a hora que você quer. Lá você vive naquelas regras né? Você tá no descanso, mas vive nas regras, né? Restaurante tem horário de abrir e fechar, aqui não, né? Esse período de folga é onde você faz essa volta a vida, digamos assim, você volta à vida. E se você não descansa, você volta para aquele outro ciclo de embarque aí vai chegar um ponto lá em cima que você não vai aguentar. Então esse período você tem que tentar esvaziar o máximo [...].

Apesar de cada entrevistado/a realizar diferentes atividades no período da folga, é possível encontrar similaridades em todos os relatos, como veremos no próximo relato a seguir, o desembarque se torna uma tentativa constante de recuperação da ausência de quatorze dias, dado que ao tempo de trabalho é atribuído o sentido de tempo perdido e o tempo da folga como o tempo recuperação desse tempo perdido. A seguir:

Eu perdi, de 16 anos, perdi oito, né? Porque você passa metade na plataforma.. então (risos).. é uma mudança que não é muito boa pra

ninguém não. Esse tempo que você perde aí em cima, pra você reaproveitar fica ruim (Walter).

Você passa aquele tempo lá, que é um tempo que tá perdido na sua vida, porque você não tá junto das pessoas que você gosta, né? Mas aí você, quando você tá na folga, você quer pegar aquele tempo e usar aquele tempo ali, aquele tempo perdido, vamos dizer, perdido, né? Aí você quer dar mais valor a sua folga (Tiago).

Conforme Coelho e Paparelli (2010), esse “tempo lá” visivelmente é vivido como perda de tempo que deve ser recuperado quando estes se encontram em folga em terra. Dessa forma, há uma enorme dificuldade para os/as trabalhadores/as em organizarem seu tempo quando desembarcados/as.

Como veremos no relato a seguir de Gustavo, o desembarque se torna uma tentativa constante de recuperação da ausência de quatorze dias, não só para com todas as pessoas próximas, mas principalmente consigo mesmo:

Estou na folga, pra mim é uma coisa assim, “cara tenho que aproveitar o máximo, daqui a pouco eu vou estar embarcado não vou poder fazer nada, vou estar completamente preso e tal”. Vai passando e você começa a ver que, eu tinha um fim de semana em terra por mês. Isso pra mim, foi me dando uma agonia muito grande, da pra matar a saudade, mas não é aquela coisa que dá pra passar no fim de semana mesmo.

Podemos observar o quanto a organização do regime de 14 dias de embarque, é uma atividade central na vida destes/as trabalhadores/as e tem efeitos dominantes e organizadores dos outros tempos que compõem a vida social, o tempo da família, dos/as amigos/as.

Além disso, conforme aponta Figueiredo (2012) há uma grande incompreensão da atividade dos/as trabalhadores/as *offshore* por parte

daqueles/as que não integram o universo *offshore*. A permanência e a realização do trabalho a bordo implicam um não reconhecimento e a invisibilidade do trabalho *offshore*, tornando os/as trabalhadores/as visíveis apenas no período da folga, a ilustrar:

É engraçado que as pessoas que me veem aqui sempre, acham que eu sou vagabundo, né? Sempre quando me veem eu estou todo sujo de areia, de bermuda e chinelo, 11 horas da manhã, 3 horas da tarde, ninguém me vê trabalhando, porque trabalho embarcado ninguém vê. Sei lá, eu penso que meus vizinhos acham que eu sou vagabundo, ou que eu sou filho de uma família milionária, dona de banco (risos). E quando eu estou trabalhando ninguém tá vendo. E aí, quando eu chego na praia, eu imagino que todo mundo seja offshore porque tá lotado, mas como assim? Deve tá todo mundo desembarcado? (risos) Tá todo mundo no período de folga? Não é possível (risos). Três horas da tarde, em plena quarta feira, ninguém trabalha aqui no Rio de Janeiro, não? (risos) (Gustavo).

Pude perceber que a organização do tempo dedicado às diferentes atividades sociais de cada trabalhador/a é regida a partir da organização do tempo do trabalho, uma vez que esta categoria de trabalhadores/as só pode organizar sua vida em função da liberação do tempo de trabalho.

As narrativas acerca dos tempos cá revelam o quanto os/as trabalhadores/as *offshore* vivenciam temporalidades distintas de seus pares, mesmo em terra. Ainda que considerem o tempo de folga como um tempo voltado para a compensação do tempo perdido longe da família e/ou amigos/as, acabam por não vivenciar esse tempo junto a eles/as e reviver aspectos que caracterizam o embarque, como o isolamento social e o sentimento de invisibilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou compreender e analisar as narrativas produzidas sobre o tempo livre no cotidiano de trabalho de petroleiros/as *offshore* da Bacia de Campos, bem como as atividades realizadas durante o período liberado do trabalho nas plataformas.

Por meio da análise das narrativas e histórias das pessoas, foi possível compreender diversos aspectos que compõem a realidade dos/as trabalhadores/as entrevistados/as da Bacia de Campos, tais como: cotidiano de trabalho, relacionamento entre os/as colegas/as; o confinamento, as atividades realizadas no tempo liberado do trabalho – quando estão embarcados/as e quando estão em folga na terra –, os espaços oferecidos nas plataformas e, ainda, os recomeços e despedidas vividas pelos/as trabalhadores/as a cada novo (des)embarque.

A pesquisa em Psicologia com base no Construcionismo Social pode utilizar a narrativa como forma de dar conta de uma realidade que é tomada como uma construção social. Assim, a narrativa foi uma alternativa utilizada por mim, para – por meio de palavras - re-narrar a realidade dos/as trabalhadores/as *offshore*, entendendo essa realidade como interpretação possível e sensível à fluída e variável vida humana (Bruschi, Guareschi, 2007).

O construcionismo, ao buscar mostrar as realidades naturalizadas como construções sociais, mostra como a desnaturalização das mesmas só ocorrem quando re-narradas, pois apresentam uma outra construção de realidade possível (Bruschi, Guareschi, 2007).

Durante todas as etapas de levantamento e análise de informações, os procedimentos foram utilizados a fim de responder aos objetivos da pesquisa. Os objetivos específicos foram respondidos ao longo dos capítulos 3 e 4. Foram eles: identificar quais as atividades realizadas pelos/as trabalhadores/as fora da jornada de trabalho - quando se encontravam embarcados/as – e, levantar e analisar os discursos dos/as trabalhadores/as sobre o tempo livre.

Em relação às atividades realizadas nas plataformas, pude identificar similaridades narrativas. Todos/as os/as trabalhadores/as disseram utilizar as doze horas livres principalmente para as atividades de alimentação, higiene e repouso, ou seja, para comer, tomar banho e dormir.

Todos/as os/as entrevistados/as argumentaram que o tempo liberado do trabalho é muito curto. Cabe lembrar que, ao final do cumprimento do expediente de doze horas, sempre há reuniões para a passagem dos relatórios à próxima equipe do turno reverso. Assim, os/as trabalhadores/as estendem suas jornadas pelo tempo de mais duas ou três horas. Somadas às doze horas de trabalho às atividades básicas e às horas extras, sobram poucas horas para a realização de outras atividades.

As narrativas dos/as entrevistados/as em relação ao tempo dedicado ao trabalho, revelam sentidos associados ao trabalho pesado e penoso. O desgaste decorrente da permanência num ambiente de alto risco e da intensificação da velocidade da produção são acentuados pela vivência do confinamento, pois ao continuarem embarcados/as após o expediente diário, por um longo período de tempo, os/as

trabalhadores/as intensificam as vivências do tempo de trabalho. Desse modo, acabam por não dissociar o tempo de trabalho daquele voltado a outras atividades pessoais e sociais.

O tempo liberado do trabalho nas plataformas é um tempo que deixou de ser “livre” e foi absorvido pelo trabalho. Todas as narrativas apontaram para sentidos de tempo liberado como tempo para “repouso” e “recuperação”. É possível afirmar que esse tempo liberado das atividades do trabalho é compreendido como um período apenas para a recuperação das forças físicas e mentais.

Essas narrativas apontam para uma nítida ideia de dominação do tempo de trabalho que é estendida para os demais tempos sociais, os tempos liberados do trabalho, como da família, do descanso, do lazer, etc. Essa compressão é exercida pela instituição social do tempo como um sistema de autodisciplina que invade toda a vida do/a trabalhador/a e também, pela exaustiva jornada de 12 horas diárias (ou noturnas), cumprida pelos/as trabalhadores/as durante os 14 dias/noites sucessivos de trabalho.

As análises acerca da produção de sentidos sobre o tempo de trabalho e de não trabalho são indissociáveis das vivências cotidianas dos/as trabalhadores/as em terra. Os dias seguidos do desembarque também são dedicados ao repouso e recuperação. O que revela essa invasão do tempo de trabalho nas demais temporalidades sociais. Cabe lembrar que as divisões das temáticas foram pensadas apenas de maneira didática, para facilitar a análise e exposição dos resultados. As narrativas sobre realidades específicas comportam sempre os aspectos gerais de

uma totalidade da vida humana, que não podem ser fragmentadas e analisadas isoladamente.

Penso os constantes deslocamentos, as idas e vindas, destes/as trabalhadores/as como aspectos fundamentais na construção e significação de suas temporalidades. Foi possível identificar nas narrativas dos/as trabalhadores/as, particularidades referentes a esse regime de trabalho. A compreensão dos diversos aspectos referentes à realidade dos/as trabalhadores/as *offshore* foram fundamentais para responder à questão norteadora da pesquisa: “quais são os sentidos sobre tempo livre produzidos no cotidiano de trabalho de petroleiros/as *offshore*?”. Busquei responder essa questão ao longo do levantamento e da análise de todas as informações, pois engloba aspectos gerais da pesquisa, relativos à produção de sentidos em toda a vida cotidiana.

Foi possível observar um novo paradigma temporal construído pelos/as trabalhadores/as offshore, que estrutura não só as relações de trabalho, mas todo o conjunto das relações sociais. As políticas de flexibilidade afetam não só o tempo-espço de trabalho, mas também a organização da vida privada, “o acesso aos equipamentos sociais como a escola, os transportes, a administração, os supermercados, os espaços de cultura e lazer, etc.” (Venco, 2012, p. 108).

Os discursos dos trabalhadores/as entrevistados/as revelam o quanto o tempo de trabalho se estende e invade não só os tempos liberados do trabalho na plataforma, mas até mesmo os tempos de estar em terra. Essas experiências temporais pautadas na produção reiteram o quanto os tempos sociais contemporâneos se configuram como

objetivação econômica e como forma social de dominação, fazendo com que o/a trabalhador/a cada vez mais, se esvazie do seu próprio tempo. A cultura temporal contemporânea é caracterizada pelo ritmo acelerado de relações que as pessoas constroem entre si, com as coisas e com os lugares. A existência de uma pluralidade de tempos sociais, acentuada pela inovação tecnológica, acaba por invadir e sobre determinar todo e qualquer tempo social.

Num momento em que há um grande aumento do contingente de trabalhadores/as *offshore* no Brasil, principalmente com a descoberta recente do pré-sal em territórios brasileiros, é urgente problematizar diversos aspectos referentes a este contexto de trabalho. Dada a importância crescente desse setor e considerando o aumento do contingente de trabalhadores/as envolvidos/as, considero importante apontar algumas questões que emergiram nesse estudo e podem ser aprofundadas por novas pesquisas.

Destaco alguns pontos como sugestões para futuros estudos, visto que não foi possível contemplá-los na análise da presente pesquisa. Em primeiro lugar, considero relevante investigar as peculiaridades dos/as profissionais *offshore* da Petrobrás e daqueles/as contratados/as por empresas terceirizadas, pois há diferenças que contribuem para dificultar as relações de trabalho dentro das plataformas. Nas entrevistas, pude identificar que diversas narrativas revelam dificuldades de relacionamento entre estes dois coletivos de trabalhadores. Ficou evidente que os/as profissionais contratados/as estão mais expostos/as aos riscos de acidentes, como também, desprotegidos/as pela legislação trabalhista. Além disso, aos/às funcionários/as da Petrobrás são

oferecidas vantagens que são negadas aos/às terceirizados/as, como a possibilidade de contato gratuito e contínuo com família durante o período de embarque e, a diferença de tempo concedida aos/às trabalhadores/as terceirizados/as para a folga em terra, que é relativamente menor do que para os/as trabalhadores/as da Petrobrás.

Como o foco da pesquisa era levantar e analisar a questão das relações temporais, ficou evidente a relação entre tempo e espaço, utilizada inclusive para a divisão dos capítulos de análise: os tempos lá (em alto mar) e os tempos cá (em terra), fatores que também não puderam ser contemplados. Assim, aponto a necessidade de aprofundar os estudos acerca das temporalidades em sua relação com o espaço.

Outro aspecto relevante identificado nas narrativas diz respeito ao sentimento de invisibilidade do trabalho *offshore*. Ao ficar confinado/a durante um longo período de tempo, o/a trabalhador/a só é visto no período de folga. Para alguns trabalhadores e trabalhadoras, isso acarreta um não reconhecimento de sua atividade laboral. Ademais, visando complementar a pesquisa que desenvolvi, considero imprescindível a investigação sobre os sentidos produzidos sobre o trabalho *offshore* por estes profissionais e, ainda, a investigação acerca dos sentidos produzidos a partir de seus familiares e/ou amigos/as em terra.

REFERÊNCIAS

Aquino, C. A. B. & Martins, J. C. O. (2007). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 7 (2), (p. 479-500). Recuperado em 10 de julho de 2012, em

<[http://www.ufsj.edu.br/portalarquivo/File/dcefs/Prof. Adalberto Santos/4ocio lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho_22.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portalarquivo/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/4ocio_lazer_e_tempo_livre_na_sociedade_do_consumo_e_do_trabalho_22.pdf)>

Aquino, C. A. B. (2003). A temporalidade como elemento chave no estudo das transformações do trabalho. *Athenea Digital*, 4 (p. 151-159), Universidade Autônoma de Barcelona. Recuperado em 05 janeiro de 2014, em:

<<http://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/viewFile/34124/33963>>

Alvarez, D., Figueiredo, M. & Rotenberg, L. (2010). Aspectos do regime de embarque, turnos e gestão do trabalho em plataformas offshore da Bacia de Campos (RJ) e sua relação com a saúde e a segurança dos trabalhadores. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), (p. 201-216). Recuperado em 19 de setembro, em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S030376572010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>

Antunes, R (2002). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. (6ª Ed.). São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (2013). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo.

Araújo, E. (2012). A espera e os estudos sociais do tempo e sociedade. In E. Araújo & E. Duque (Eds.). *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas* (p. 9-26). Portugal: Braga.

Araújo, E. & Duque, E. (2012). *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas*. Portugal: Braga.

Barbosa, S. C., Borges, L. O., Cavalcanti, E. A. F. & Portela, S. A. (2007). A Petrobras: o contexto socioeconômico e o modelo gerencial. In L. O. Borges & S. C. Barbosa (Orgs.) *Aspectos psicossociais do trabalho dos petroleiros: dois estudos empíricos no Rio Grande do Norte*. (p. 59-86). Natal: UFRN.

Berger, P.; Luckmann, T. (2004). Modernidade, pluralismo e crise do sentido: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004.

Bruschi, M. E. & Guareschi, N. M. F. (2007). A narrativa como escrita dos trabalhos em Construcionismo Social. In *Anais Eletrônicos do 14º Encontro Abrapso (ABRAPSO)* Recuperado em 29 de agosto, em <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_275.pdf>

Cardoso, A. C. M. (2009). *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

Carvalho, M. M. (2010). *Vida e trabalho de marítimos embarcados do setor offshore*. Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública: Rio de Janeiro.

Castro, A. C. & Vinagre, R, R. (2009). A percepção do tempo subjetivo e o estresse no trabalho offshore. In *XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP) 6 – 9 Out, 2009, Salvador*. Recuperado em 10 de junho de 2012, em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_TN_STO_094_634_13665.pdf>

Cattani, A. D. & Holzmann, L.(2011). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*(2ª. Ed.). Porto Alegre: Zouk.

Cherman, A. & Vieira, F. (2008). *O tempo que o tempo tem: porque o ano tem 12 meses e o outras curiosidades sobre o calendário*. Ed: Jorge Zahar, Rio de Janeiro.

Clemente, C. C. (2012). Entre o mar e a terra: uma antropologia do trabalho offshore. *Crítica e Sociedade*, 2 (2) (p. 2237-0579). Recuperado em 5 de dezembro de 2013, em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/21947>>

Coelho, L. L. V. & Paparelli, R. (2010). A experiência do trabalhador offshore: o caso de operadores de ROV. In: *Seminário de Saúde do*

Trabalhador de Franca, 7 -9 , 2010. Recuperado em 10 de agosto de 2012, em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100009&script=sci_arttext

Coutinho, M. C., & Silva, K. S. S. (2011). El lugar del sujeto en el contexto del trabajo contemporáneo. In E. A. Tomás, J. L. A. Estramiana, A. G. Luque, R. M. Centeno & I. S. Gallo (Orgs.), *Nuevas formas de organización del trabajo y la empleabilidad*, (p. 209-229). Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo.

Dal-Rosso, S. (2011). Tempo de trabalho. In: A. D. Cattani & L. Holzmann, L. (Orgs.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia* (2ª. Ed.), (p. 418-422). Porto Alegre: Zouk.

Dalmaso, S. A. R., & Coutinho, M. C. (2010). Tecnologia e trabalho: sentidos produzidos no cotidiano do transporte coletivo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62 (3)(p. 93-105).

Dedecca, C. S. (2008). Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In A. O. Costa, B. Sorj, C. Bruschini & H. Hirata (Orgs.). *Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Internacionais*, (p. 279-297). Rio de Janeiro: FGV.

Dias, C. (2010). Nova proposta de periodização para o estudo histórico do lazer no Brasil. In *IV Congresso Centro-Oeste de ciências do esporte e I Congresso Distrital de Ciências do esporte*. Natal, RN. Recuperado em 20 de julho de 2012, em

<<http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/4concoce/4concoce/paper/viewFile/2130/1229>>

Druck, G. (2013). A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: R. Antunes (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*, (p. 50-73). São Paulo: Boitempo.

Elias, N. (1998). *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar.

Franch, M. (2012). Na letra do tempo. Caminhos e descaminhos de uma etnografia de práticas temporais. In E. Araújo & E. Duque (Eds.). *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas*,(p. 191-202).

Figueiredo, M. (2012). *A face oculta do outro negro: trabalho, saúde e segurança na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos*. Niterói: UFF.

Fó, A. O. S. (2012). A face ocultada e o chorume essencial. In M. Figueiredo (Org.). *A face oculta do outro negro: trabalho, saúde e segurança na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos*, (p. 13-17)Niterói: UFF.

Fonseca, P. C. D. (2010). Keynes: o liberalismo econômico como mito. *Economia e Sociedade*,19 (3)(p. 425-447). Recuperado em 9 de junho de 2012, em <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/01.pdf>>

Freitas, C. M., Souza, C. A. V., Machado, J. M. Huet & Porto, M. F. S. (2001). Acidentes de trabalho em plataformas de petróleo da Bacia de Campos. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(1), (p. 117-130).

Furtado, A. T. (2003). Mudança Institucional e Inovação na Indústria Brasileira de Petróleo. In *Coloquio Internacional "Energia, Reformas Institucionales y Desarrollo em América Latina (ERID), Universidade PMF de Grenoble, México, D. F, 5-7 Nov.* Recuperado em 10 de setembro de 2013, em <<http://www.posgrado.economia.unam.mx/p-cientifica/coloquio-erdal/10CaAndreFurtadoPortugLtt.pdf>>

Freitas, C.M., Souza, C.A.V., Machado J.M.H. & Porto M.F.S. (2001). Acidentes de trabalho em plataformas de petróleo da Bacia de Campos. *Cadernos de Saúde Pública*, 9 (17), (p. 117- 130).

Graf, L. (2007). *Entre a cozinha e o abatedouro: os sentidos do trabalho para mulheres atuantes na indústria avícola*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Gergen, K, J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Revista Internacional INTERthesis*, Florianópolis, 6 (1), (p. 299-325), jan./jul.

Heloani, R. (2003). *Gestão e organização no capitalismo globalizado: História da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas.

Holzmann, L. (2011). Toyotismo. In In A. D. Cattani & L. Holzmann, L. (Orgs.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia* (2ª. Ed.), (p. 426-432). Porto Alegre: Zouk.

Iasi, M. L. (2010). Trabalho como meio de vida ou como primeira necessidade da existência? *Revista Argumentum*, 2 (2), (p. 1-7). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Recuperado em 17 de outubro de 2012, em <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/943/668>

Justo, J. S., Ferreira, S. L., Vasconcelos, M. S.. (2010). O construcionismo social na pesquisa em psicologia. *Revista de Psicologia*, 1 (9), (p. 111-145). Universidade Estadual Paulista. Recuperado em 20 de outubro de 2013 , em <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewArticle/76>

Lapis, N. L. (2011). Acumulação flexível. In A. D. Cattani & L. Holzmann, L. (Orgs.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia* (2ª. Ed.), (p. 27-32). Porto Alegre: Zouk.

Le Goff, J. (1979) *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente*. (M. H. C. Dias, Trad.). Lisboa: Estampa (Obra original publicada em 1977).

Leite, R. M. S. C. (2009). Vida e trabalho na indústria de petróleo em alto mar na Bacia de Campos. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(6), (p. 2181-2189). Recuperado em 13 de setembro de 2012, em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/25.pdf>

Lociser, E. (1995). A procura da subjetividade: a organização pede análise. In: E. Davel, & J. Vasconcellos (Orgs.). *Recursos humanos e subjetividade*. Petrópolis: Vozes.

Maia, L. X., Goncalves, M. S., Celestino, P. G., & Figueiredo, M. G. (2003) Um diagnóstico da organização do trabalho nas plataformas petrolíferas da Bacia de Campos e a influência dos investimentos em meio ambiente, saúde e segurança. In *XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Ouro Preto: ENEGEP*. Recuperado em 26 outubro de 2012, em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0401_0679.pdf

Mascarenhas, F. (2005). *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, SP.

Marx, K. (2002). *O capital: crítica da economia política*. (19ª ed.). R. Sant'Anna, (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Obra original publicada em 1818/1883).

Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (ed. 11). São Paulo: Hucitec.

Morais, M. A. F. (2007). O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce/MA. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão.

Morin, E, Ciurana, E. R. & Motta, R. D. (2007). *Educar na era planetária* (2ª Ed.). São Paulo: Cortez.

Noronha, O. M. (2003). Quanto tempo o tempo tem!. *Educação & Sociedade*, 24 (85) (p. 1415-1418). Recuperado em 15 de agosto de 2013, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000400019&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0101-73302003000400019>

Padilha, V. (2000) *Tempo Livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, SP: Alínea.

Padilha, V. & Grande, M. M. (2011). A gente fica muito tempo aqui dentro: reflexões sobre o trabalho de gerentes, recepcionistas e camareiras de hotéis. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14 (p. 111-125). Recuperado em 29 de setembro de 2013, em <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25719>>

Pena, A. C. (2002) Relato de Pesquisa: a influência do contexto ambiental nos trabalhadores offshore de uma plataforma petrolífera. *Psicologia Ciência e Profissão*. 22 (1). Recuperado em 12 de setembro de 2012, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000100012&script=sci_arttext>

Pessanha, R. M . (1994). *O trabalho offshore: inovação tecnológica, organização do trabalho e qualificação do operador de produção na Baía de Campos*. Tese de Mestrado, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pimentel, G. G. A. (2000). Por que pesquisar o lazer? *Cesumar*.2 (1), p. 33-36. Recuperado em 09 de outubro de 2012,

em<<http://www.cesumar.com.br/pesquisa/periodicos/index.php/icesumar/article/download/19/264>>

Pinheiro, O. G. (2004). Entrevista: uma prática discursiva. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (p. 183-214) (3ª ed.). São Paulo: Cortez.

Portal Tributário (2007). *Guia trabalhista. Web Site*. Disponível em <<http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/sobreaviso.htm>>

Ribeiro, A. M. M. & Saler, V. L. F. (2010). Reconhecimento e trabalho em Axel Honneth: os trabalhadores *offshore* na Bacia de Campos – Brasil. *Confluenze*, 2 (2) (p. 42-58) . Recuperado em 18 de outubro de 2013, em <<http://confluenze.unibo.it/article/viewFile/1998/1375>>

Richter, E. P., Jover, E. R., Nunes, D. C. (2002). Tempo como categoria analítica da subjetividade. *Psicologia Política*, 2 (4), (p. 233-48).

Riessman, C. K. (2008). *Narrative methods for the human sciences*. California: Sage.

Rodrigues, V. F. (2001). *Relações de trabalho em unidades de perfuração marítima: estudo de caso com ênfase em trabalho em turnos*. Dissertação de mestrado, Universidade de Alfenas, Alfenas, MG.

Rodrigues, V. F., Ficher, F. M. & Brito, M. J. (2001). Shift Work at a modern offshore drilling rig. *Journal of human ergology*, 30 (7), (p. 167-172).

Romão, F. L. (2013). O ramo do petróleo: a processualidade reestruturante do capital na Petrobrás. In R. Antunes (2013). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. (p. 123-146). São Paulo: Boitempo.

Sampaio, J., Borsoi, I., Ruiz, E. (1998). *Saúde mental e trabalho em petroleiros de plataforma: penosidade, rebeldia e conformismo em petroleiros de produção (onshore/offshore) no Ceará*. Fortaleza: FLACSO/EDUECE.

Sato, L. (1993). A representação social do trabalho penoso. In M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social*, (pp. 188-211). São Paulo: Brasiliense.

Sato, L. & Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. *Psicologia USP*, 12 (2) (p. 29-47). Recuperado em 20 de dezembro, 2013, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200003&lng=en&tlng=pt.10.1590/S0103-65642001000200003

Serrão, L. C. S., Quelhas, O. L. G. & Lima, G. B. A. (n. d.) O risco dos trabalhos em espaços confinados. *Web site*. Acedido junho 24, 2013, em <http://www.saudeetrabalho.com.br/download/espaco-serrao.pdf>

Spink, M. J. P., & Lima, H. (2004). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas*

discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas, (p. 63-122). (3ª Ed.) São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. P., & Medrado, B. (2004). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 41-61). (3ª ed.) São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. P., & Menegon, V. M. A. (2004). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 63-92). (3ª ed.) São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. (2010). Linguagem e produção de sentidos no cotidiano [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 72 p. ISBN: 978-85-7982-046-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia e Sociedade*, 15 (2). Recuperado em 15 de novembro de 2013, em <http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822003000200003&Ing=pt&nrm=iso>

Tolfo, S. R., Coutinho, M. C., Baasch, D. & Cugnier, J. (2011). Sentidos y significados del trabajo: un análisis en base a diferentes perspectivas teórico-epistemológicas em Psicología. *Universitas Psychologica*, 10

(1) (p.19-32). Recuperado em 3 de agosto de 2012, em:<revistas.javeriana.edu.co/index.php/415/790>

Venco, S. (2012). A história e a atualidade da compressão do tempo e do espaço. In E. Araújo & E. Duque (Eds.) (2012). *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas*, (p. 99-115). Portugal: Braga

Zimbardo, Phillip & Boyd, John (2009) *The Time Paradox: The New Psychology of Time That Will Change Your Life*. Simon: Schuster.

Zago, N. (2003). A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In N. Zago; M. P. de Carvalho & R. A. T. Vilela (Orgs.). *Itinerários de pesquisas: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*, (p. 287-309). Rio de Janeiro: DP&A.

APÊNDICE A – Pesquisa em Banco de Dados a partir dos Descritores

Descritores: /trabalho *offshore*/ /trabalhadores(as) *offshore*/
/petroleiros(as) *offshore*/

Alvarez, D. & Figueiredo; M. L. R. (2010). Aspectos do regime de embarque, turnos e gestão do trabalho em plataformas offshore da Bacia de Campos (RJ) e sua relação com a saúde e a segurança dos trabalhadores”. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. 35 (122), (pp. 201-216). São Paulo.

Araújo, A. J. S. (2001). Paradoxos da modernização: terceirização e segurança dos trabalhadores em uma refinaria de petróleo. Tese de Doutorado (Programa de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz). Rio de Janeiro.

Castro, A.C. & Nunes, D. K. P. (2008). Análise Crítica do Gerenciamento de Stress em Plataformas Marítimas. Anais do XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro.

Coelho, L. L. V. & Paparelli, R. R. (2010). A experiência do trabalhador offshore: o caso de operadores de ROV. Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca. Unesp: Franca.

Figueiredo, M. (2001). O trabalho de mergulho profundo em instalações petrolíferas offshore na Bacia de Campos: confiabilidade e segurança em meio à guerra de ‘Highlander’ contra Leviatã. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - UFRJ) COPPE, UFRJ: Rio de Janeiro.

Figueiredo, M. & Athayde, M. (2004). Coletivos de trabalho e componentes subjetivos da confiabilidade em sistemas sociotécnicos complexos: considerações a partir da situação de trabalho em mergulho profundo na Bacia de Campos/ RJ. In *Figueiredo, M.; Athayde, M.;*

Brito J. & Álvares, D. (Orgs). *Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A.

Figueiredo, M. G. & Athayde, M.R.C. (2005). Organização do trabalho, subjetividade e confiabilidade na atividade de mergulho profundo. *Revista Produção*. 15 (2).

Figueiredo, M. & Alvarez, D. (2007). Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos (RJ). *Gestão & Produção*. 14 (1), (pp. 55-68). São Carlos: São Paulo.

Figueiredo, M. (2001). O trabalho de mergulho profundo em instalações petrolíferas offshore na bacia de Campos: confiabilidade e segurança em meio à guerra de “Highlander” contra Leviatã. Tese de Doutorado, COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro.

Leite, R. M. S. C. (2006). O trabalho nas plataformas marítimas de petróleo na Bacia de Campos: a identidade do trabalhador offshore. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) UFRJ: Rio de Janeiro.

Martins, L. (2005). Diagnóstico da terceirização e sua relação com as áreas da saúde, meio ambiente e segurança na indústria petrolífera offshore na Bacia de Campos. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção –Escola de Engenharia). UFF: Niterói.

Pena, A. C. (2002). A influência do contexto ambiental nos trabalhadores off-shore de uma plataforma petrolífera. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22, 112-119.

Ribeiro, A. M. M. & Sales, V. L. F. (2011). Experiências de (não) reconhecimento entre os trabalhadores offshore na bacia de Campos: uma abordagem a partir de Axel Honneth. *Vértices*, 13 (2), (pp. 45-59). Campos dos Goytacazes: Rio de Janeiro.

Sales, V. L. F. (2009). Trabalho e reconhecimento: o caso dos profissionais offshore da indústria do petróleo na bacia de campos. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais). UENF Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.

Pessanha, R. (1994). O trabalho offshore: inovação tecnológica, organização do trabalho e qualificação do operador de produção na Bacia de Campos. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção) COPPE, UFRJ: Rio de Janeiro.

Rodrigues, V. (2001). O trabalho offshore em unidades de perfuração marítima com ênfase no trabalho em turnos. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas.

Silva Júnior, Domingos Isidório da, & Ferreira, Maria Cristina. (2007). Escala para avaliação de estressores ambientais no contexto off-shore oil (EACOS). *Avaliação Psicológica*, 6(2), 139-146. Recuperado em 16 de abril de 2014.

Silva, J. R. (2005). A relação entre estressores ambientais e burnout em trabalhadores off-shore. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

Souza, A.A. (1996). Perfil do homem off-shore: Aspectos relevantes nas relações no trabalho e familiares. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1, 1-8.

Sutherland, V.J. & Cooper, C.L. (1996). Stress in the off-shore oil and gas exploration and production industries: An organizational approach to stress control. *Stress Medicine*, 12, 27-34.

Wong, T., Chen, W., Yu, T., Lin, Y. & Cooper, C. L. (2002). Perceived sources of occupational stress among Chinese off-shore oil installation workers. *Stress and Health*, 18, 217-226.

Descritores: /psicologia/ e /trabalho/ /offshore/; /tempo/ e /trabalho/

Carneiro, J. C. (2006). O trabalho off-shore e o seu comprometimento na saúde do trabalhador. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)-Universidade Estácio de Sá, Campos dos Goytacazes.

Castro, A. C. & Vinagre, R, R. (2009). A percepção do tempo subjetivo e o estresse no trabalho offshore. In *XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção* (ENEGEP) 6 – 9 Out, 2009, Salvador.

Castro, A. C. (2012). Atividades laborais em plataformas marítimas no Brasil: A Gestão do Conhecimento na perspectiva da Psicologia do Trabalho. *Cadernos de Psicologia*. 14 (2), 55-65.

Castro, Alexandre de Carvalho. (2013). Produção Offshore na Bacia de Campos (RJ): a perspectiva da Psicologia do Trabalho. *Gestão & Produção*, 20(4), 833-846. Epub November 26, 2013.

Leite, R. (2009). Bandeirantes do Mar: a identidade dos trabalhadores das plataformas de petróleo. Niterói: Intertexto.

Sampaio, J.J.C. (2001). Saúde mental e trabalho petroleiro: gente em desconforto, mal estar e sofrimento. In: A. T. A. Venancio & M. T. Cavalcanti. (org.) *Saúde mental - Campo, Saberes e Discursos*. Rio de Janeiro: IPUB.

Silva Júnior, Domingos Isidório da, & Ferreira, Maria Cristina. (2007). Escala para avaliação de estressores ambientais no contexto off-shore oil (EACOS). *Avaliação Psicológica*, 6(2), 139-146.

Souza, A.A. (1996). Perfil do homem off-shore: Aspectos relevantes nas relações no trabalho e familiares. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1, 1-8.

Sutherland, V.J. & Cooper, C.L. (1996). Stress in the off-shore oil and gas exploration and production industries: An organizational approach to stress control. *Stress Medicine*, 12, 27-34.

Vieira, E. M. (2001). Os processos identitários do trabalhador petroleiro na década de 90: Uma análise psicossocial. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de São Marcos, São Paulo.

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Eu, Tielly Rosado Maders, sou aluna do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora do projeto: “Sentidos produzidos no tempo livre por petroleiros/as offshore no cotidiano de seu trabalho”, sob a orientação da prof. Dra. Maria Chalfin Coutinho. Esta pesquisa tem como objetivo compreender os sentidos produzidos no tempo livre por trabalhadores/as offshore quando estão embarcados/as em plataformas. Para isso, realizarei entrevistas com o uso de um gravador de voz digital. As entrevistas serão transcritas e se você tiver interesse, trarei este material para você ler e fazer correções, se achar necessário. Garanto que todas as informações levantadas para a pesquisa são confidenciais e os resultados serão divulgados apenas com objetivos científicos, mantendo a sua identidade em sigilo, tal como a da empresa em que você trabalha, ou de qualquer outra pessoa que vier a ser mencionada no momento da entrevista. Dessa forma, estima-se que participar da pesquisa não implicará em riscos potenciais, por outro lado, espero que a realização deste estudo oportunize conhecimentos que tragam benefícios para a categoria de trabalho *offshore*. A sua participação não é obrigatória e, caso queira desistir, poderá entrar em contato comigo a qualquer momento, e manifestar a sua intenção em não continuar participando, sem qualquer prejuízo à sua pessoa. Coloco-me disponível para contato pelo telefone: (48) 99966451, ou ainda pelo endereço eletrônico tiellypsi@gmail.com

Pesquisadora Principal:.....
Tielly Rosado Maders (48) 99966451

Pesquisadora Responsável:.....
Maria Chalfin Coutinho

Eu,....., RG nº:.....,
Fui esclarecido(a) sobre a pesquisa “Sentidos sobre tempo livre produzidos por petroleiros *offshore* em seu cotidiano de trabalho” e concordo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma. Declaro, ainda, que recebi uma cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

-
(Local e Data)

-
Assinatura

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista para os/as trabalhadores/as

- Dados de Identificação

Idade; Escolaridade; Estado Civil; Número de Filhos; Idade dos Filhos; Responsável pelo sustento da família; Renda Familiar

- Trajetória Profissional

Qual foi seu primeiro trabalho? Quantos anos você tinha?

Após este trabalho, você desempenhou outras atividades? Em caso positivo, quais?

Quais eram suas principais atribuições nesse(s) trabalho(s)?

Quanto tempo você ficou em cada uma destas atividades?

Por qual (quais) motivo(s) saiu destes(s) trabalho(s)?

Por qual (quais) motivo(s) escolheu o emprego atual?

Antes de entrar neste emprego, você já tinha algum conhecimento sobre o trabalho *offshore*?

Quais são os requisitos para ser um/a trabalhador/a *offshore*?

Experiências anteriores na área são necessárias?

Como se dá o treinamento/capacitação do/a trabalhador/a *offshore*?

Estas atividades são oferecidas/financiadas pela empresa contratante?

Quais as atividades desenvolvidas pelos/as trabalhadores/as *offshore*?

Existem diferentes jornadas de trabalho?

Você pretende continuar neste trabalho? Por quê?

- Embarque

Como funciona sua jornada de trabalho?

Como você descreveria o momento de embarque?

Quantos dias você permanece embarcado?

Você trabalha em turnos?

Como é organizado/dividido o trabalho em turno?

Como você descreveria o trabalho em turnos?

Que atividades você realiza no seu horário de trabalho?

Como você descreveria seu local de trabalho?

Quando há atraso nos horários e/ou algum trabalhador se acidenta, o que acontece?

Quais são as suas principais queixas em relação ao seu trabalho?

Quais são as principais queixas feitas pelos seus colegas?

Quando elas ocorrem, qual é o procedimento adotado pela empresa?

O que você tem a falar sobre o regime de confinamento?

Como você descreveria o momento de desembarque?

O que mudou na sua vida após começar a trabalhar embarcado?

O que você gosta no seu trabalho?

O que mais tem a dizer sobre seu trabalho?

- Tempo Livre Embarcado

Como você descreveria o seu tempo livre quando está embarcado/a?

Como é o local em que você dorme?

Você tem horários determinados para refeições? Como é a sua alimentação?

Como é seu relacionamento com os colegas de trabalho, quando estão embarcados na plataforma, nas horas de tempo livre?

De que formas você se comunica com a família e amigos, quando está embarcado?

Quais atividades você realiza em seu horário de folga, quando está na plataforma?

Você pode transitar livremente por todos os espaços da plataforma ou existem espaços específicos para quem está no horário de folga?

Você usa roupas civis no período de folga quando está embarcado?

Existem regras para quem está no período de folga? Quais?

Como você descreveria o tempo em que você não está trabalhando mas está na plataforma?

Você realiza atividades de lazer na plataforma? Quais? Onde?

O que você mais gosta de fazer?

Qual a importância do tempo livre para você?

O que mais tem a dizer sobre o seu tempo livre quando está embarcado/a?

- Tempo Livre (em terra)

Como você descreveria a volta pra casa ao fim da jornada de trabalho?

Quantos dias você fica em período de folga em terra?

O que você costuma fazer neste período?

Se você é casado e/ou tem filhos, como é a divisão das tarefas domésticas em casa?

O que sua(seu) esposa(o) faz?

Quem fica responsável pelas atividades do(s) filho(s)?

Como é seu relacionamento com seus amigos?

O que mais tem a dizer sobre o período de folga em terra?

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista para os/as Dirigentes Sindicais

Objetivos: buscar maiores informações sobre o trabalho *offshore* em geral e especificamente sobre o tempo livre dos trabalhadores embarcados.

Apresentação da pesquisa/pesquisadora e dos objetivos da conversa.

Identificação do respondente

- Perguntas

Conte um pouco da história do Sindicato.

Quais categorias de trabalhadores/as este Sindicato representa?

Qual o número de trabalhadores/as *offshore*, aproximadamente, atuantes hoje no mercado de trabalho? No Brasil?

Quantos/as destes/as são empregados da Petrobrás e quantos/as de empresas privadas?

Este Sindicato representa trabalhadores/as empregados/as das Empresas Privadas/Terceirizadas e da Petrobrás? Há outros Sindicatos que representam a categoria?

Quais são as principais reivindicações do Sindicato hoje? E quais as principais conquistas?

Como o Sr. (a) avalia o trabalho *offshore* hoje?

Como o Sindicato entende o regime de confinamento?

Como se configura a jornada de trabalho dos/as trabalhadores/terceirizados? E da Petrobrás? Há mais alguma jornada existente?

Como se organiza a jornada dos/as trabalhadores/as quando estão embarcados/as?

Qual a posição do Sindicato?

O que fazem os/as trabalhadores/as embarcados/as durante seus períodos de folga?

ANEXO A – Termo de Aprovação de Projeto no Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Sentidos de Tempo Livre produzidos no cotidiano de trabalho de Petroleiros Offshore

Pesquisador: Maria Chalfin Coutinho

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 14772513.0.0000.0121

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 334.332

Data da Relatoria: 08/07/2013

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Projeto de mestrado intitulado "Sentidos de Tempo Livre Cotidiano de Trabalho de Petroleiros Off Shore " do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC

Objetivo da Pesquisa:

Geral- Busca compreender os sentidos sobre tempo livre produzidos por petroleiros off shore em seu cotidiano de trabalho.

Específico -Identificar as atividades realizadas pelos trabalhadores fora da jornada de trabalho, quando se encontra embarcado na plataforma e analisar os discursos dos trabalhadores sobre o tempo livre.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador refere que serão utilizadas na pesquisa as técnicas de investigação social denominadas observação e entrevistas, com risco mínimo risco para os participantes da pesquisa ao considerar em todas as etapas da pesquisa, os princípios de dignidade, não maleficência, beneficência e justiça, a pesquisador tratará seus sujeitos participantes com respeito e dignidade, garantindo a sua proteção contra qualquer espécie de danos, garantindo também a proteção à sua identidade, a explicitação de todas as condições do estudo e a autenticidade no registro das informações e na apresentação dos

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima

Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-900

UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3721-9206 **Fax:** (48)3721-9696 **E-mail:** cep@reitoria.ufsc.br

Continuação do Parecer: 334.332

resultados. Além disso, os participantes poderão, em qualquer momento, desistir da participação e terem seus dados retirados da pesquisa. A pesquisadora se propõe a atender as Diretrizes da Resolução CNS 466/2012.

Em relação aos benefícios contribuição para construção do conhecimento sobre os sentidos de tempo livre produzidos no cotidiano de trabalho de petroleiros offshore.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

projeto está apresentado teórica e metodologicamente dentro dos requisitos de um protocolo de pesquisa com condições de ser executado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

pesquisador apresentou a documentação exigida para submissão no CEP SH UFSC Projeto, Folha de Rosto, Cronograma, Orçamento, TCLE e carta Declaração Instituição.

Recomendações:

Recomendo que o pesquisador após conclusão da pesquisa socialize o conhecimento em publicações científicas e em eventos científicos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Concluo recomendando aprovação no CEP SH UFSC

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANOPOLIS, 16 de Julho de 2013

Assinador por:
Ylmar Correa Neto
(Coordenador)

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-900
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-9206 **Fax:** (48)3721-9696 **E-mail:** cep@reitoria.ufsc.br